

ADRAT

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA

Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural

GAL ADRAT – Alto Tâmega

1.ª Fase Pré-Qualificação

Índice

A. Vertente	1
B. Tipologia e limites do território de atuação	1
I - Caracterização do território	1
II - Justificação para a tipologia e limites apresentados	5
III - Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II	6
IV - Justificação para a candidatura de territórios rurais ou urbanos, fora dos limites atrás referidos.....	6
C. Caracterização da parceria e modelo organizacional	7
D. Diagnóstico da situação do território de incidência	13
I - Enquadramento geográfico	13
II - Caracterização biofísica e recursos naturais	13
A água Hidrografia	14
Os recursos mineiros	16
A biodiversidade Fauna e Flora	16
Áreas Protegidas e Classificadas	18
Zonas de Proteção Especial (ZPE)	19
Sítios de Interesse Comunitário (SIC)	19
Áreas protegidas.....	20
III - Acessibilidades	20
IV - Dinâmicas Populacionais.....	22
V - Dinâmicas económicas.....	24
VI - Educação.....	35
VII - Desemprego.....	39
Síntese do diagnóstico: análise SWOT	43
E. Proposta de estratégia	47
I - Enquadramento	47
II - Os desafios do mundo rural no Alto Tâmega	47
III - Objetivos e focalização	50
IV - As principais áreas de intervenção	53
V - Resultados esperados.....	59

VI - Alinhamento da EDL com orientações estratégicas e complementaridade com outros instrumentos.....	60
VII - Relação com o DLBC urbano em Chaves	64
F. Processo De Envolvimento Com As Comunidades Locais.....	66
I - Enquadramento	66
FASE I: DO DIAGNÓSTICO AO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA RURAL DO ALTO TÂMEGA	66
FASE II: DA CONCERTAÇÃO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	68
FASE III: IMPLEMENTAÇÃO DA EDL RURAL NO ALTO TÂMEGA	69

A. Vertente

DLBC Rural, com foco na Promoção de uma região viável e sustentada, com identidade própria, desenvolvida a partir dos seus recursos endógenos

B. Tipologia e limites do território de atuação

I - Caracterização do território

O território proposto engloba todas as freguesias dos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, pertencentes à NUTS III Alto Tâmega e à NUTS II Norte. Tem fronteira a Norte com Espanha, a Sul com a NUTS III Douro, a Este com a NUTS III Trás-os-Montes e a Oeste com a NUTS III Cávado e do Ave. Tem uma área de 2.704 km² e uma população de 87.599 habitantes (Censos 2011).

População do Alto Tâmega por freguesia

Designação CC	Freguesia (FR)	Designação FR	PopRes_2011 (n°)	Rural	Litorâneo
Boiças	'170203'	Beça	843	S	
Boiças	'170208'	Covas do Barroso	262	S	
Boiças	'170210'	Dornelas	338	S	
Boiças	'170213'	Pinho	401	S	
Boiças	'170215'	Sapiãos	488	S	
Boiças	'170217'	Alturas do Barroso e Cerdedo	544	S	
Boiças	'170218'	Ardãos e Bobadela	579	S	
Boiças	'170219'	Botiças e Granja	1510	S	
Boiças	'170220'	Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega	298	S	
Boiças	'170221'	Vilar e Viveiro	487	S	
Chaves	'170301'	Águas Frias	746	S	
Chaves	'170302'	Anelhe	476	S	
Chaves	'170305'	Bustelo	519		
Chaves	'170309'	Cimo de Vila da Castanheira	479	S	
Chaves	'170310'	Curalha	469		
Chaves	'170312'	Ervededo	646	S	
Chaves	'170313'	Faiões	873		
Chaves	'170314'	Lama de Arcos	316	S	
Chaves	'170316'	Mairos	344	S	
Chaves	'170317'	Moreiras	273	S	
Chaves	'170318'	Nogueira da Montanha	529	S	
Chaves	'170320'	Oura	602	S	
Chaves	'170321'	Outeiro Seco	938		
Chaves	'170322'	Paradela	262	S	
Chaves	'170324'	Redondelo	527	S	
Chaves	'170327'	Sanfins	236	S	
Chaves	'170329'	Santa Leocádia	324	S	
Chaves	'170330'	Santo António de Monforte	454	S	
Chaves	'170331'	Santo Estêvão	607	S	
Chaves	'170333'	São Pedro de Agostém	1419	S	
Chaves	'170334'	São Vicente	227	S	
Chaves	'170340'	Tronco	218	S	
Chaves	'170341'	Vale de Anta	1543		
Chaves	'170343'	Vila Verde da Raia	993	S	
Chaves	'170344'	Vilar de Nantes	2084		
Chaves	'170345'	Vilarelho da Raia	558	S	
Chaves	'170347'	Vilas Boas	195	S	
Chaves	'170348'	Vilela Seca	276	S	
Chaves	'170349'	Vilela do Tâmega	409	S	
Chaves	'170350'	Santa Maria Maior	12019		
Chaves	'170353'	Planalto de Monforte (União das freguesias de Oucidres e Bobadela)	299	S	
Chaves	'170354'	União das freguesias da Madalena e Samaiões	2669		
Chaves	'170355'	União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela	970	S	
Chaves	'170356'	União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia	503	S	
Chaves	'170357'	União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações	739	S	
Chaves	'170358'	União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e	3430		

		Sanjurge			
Chaves	'170359'	União das freguesias de Soutelo e Seara Velha	515	S	
Chaves	'170360'	União das freguesias de Travancas e Roriz	566	S	
Chaves	'170361'	Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras)	1991	S	
Montalegre	'170601'	Cabril	553	S	
Montalegre	'170603'	Cervos	271	S	
Montalegre	'170604'	Chã	748	S	
Montalegre	'170607'	Covelo do Gerês	194	S	
Montalegre	'170609'	Ferral	397	S	
Montalegre	'170612'	Gralhas	208	S	
Montalegre	'170616'	Morgade	228	S	
Montalegre	'170618'	Negrões	177	S	
Montalegre	'170619'	Outeiro	156	S	
Montalegre	'170623'	Pitões das Junias	161	S	
Montalegre	'170625'	Reigoso	167	S	
Montalegre	'170626'	Salto	1429	S	
Montalegre	'170627'	Santo André	218	S	
Montalegre	'170629'	Sarraquinhos	294	S	
Montalegre	'170631'	Solveira	154	S	
Montalegre	'170632'	Tourém	151	S	
Montalegre	'170635'	Vila da Ponte	178	S	
Montalegre	'170636'	União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	309	S	
Montalegre	'170637'	União das freguesias de Meixedo e Padornelos	1923	S	
Montalegre	'170638'	União das freguesias de Montalegre e Padroso	333	S	
Montalegre	'170639'	União das freguesias de Paradela, Contim e Fiães	308	S	
Montalegre	'170640'	União das freguesias de Sezelhe e Covelães	277	S	
Montalegre	'170641'	União das freguesias de Venda Nova e Pondras	393	S	
Montalegre	'170642'	União das freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas	762	S	
Montalegre	'170643'	União das freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide	548	S	
Ribeira de Pena	'170901'	Alvadia	196	S	
Ribeira de Pena	'170902'	Canedo	390	S	
Ribeira de Pena	'170906'	Santa Marinha	558	S	
Ribeira de Pena	'170908'	União das freguesias de Cerva e Limões	2615	S	
Ribeira de Pena	'170909'	União das freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega	2785	S	
Valpaços	'171201'	Água Revés e Crasto	342	S	
Valpaços	'171203'	Algeriz	570	S	
Valpaços	'171205'	Bouçoães	419	S	
Valpaços	'171206'	Canaveses	237	S	
Valpaços	'171209'	Ervões	636	S	
Valpaços	'171211'	Fornos do Pinhal	320	S	
Valpaços	'171212'	Friões	619	S	
Valpaços	'171215'	Padrela e Tazem	359	S	
Valpaços	'171216'	Possacos	446	S	
Valpaços	'171217'	Rio Torto	362	S	
Valpaços	'171219'	Santa Maria de Emeres	406	S	
Valpaços	'171220'	Santa Valha	415	S	
Valpaços	'171221'	Santiago da Ribeira de Alhariz	603	S	

Valpaços	'171222'	São João da Corveira	537	S	
Valpaços	'171223'	São Pedro de Veiga de Lila	304	S	
Valpaços	'171224'	Serapicos	246	S	
Valpaços	'171227'	Vales	257	S	
Valpaços	'171229'	Vassal	460	S	
Valpaços	'171230'	Veiga de Lila	261	S	
Valpaços	'171231'	Vilarandelo	984	S	
Valpaços	'171232'	Carrazedo de Montenegro e Curros	1780	S	
Valpaços	'171233'	Lebução, Fiães e Nozelos	784	S	
Valpaços	'171234'	Sonim e Barreiros	450	S	
Valpaços	'171235'	Tinhela e Alvareiros	333	S	
Valpaços	'171236'	Valpaços e Sanfins	4752	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171302'	Alfarela de Jales	401	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171303'	Bornes de Aguiar	2057	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171304'	Bragado	544	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171305'	Capeludos	440	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171310'	Soutelo de Aguiar	638	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171311'	Telões	1485	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171312'	Tresminas	415	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171313'	Valoura	376	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171314'	Vila Pouca de Aguiar	3303	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171315'	Vreia de Bornes	652	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171316'	Vreia de Jales	967	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171317'	Sabroso de Aguiar	684	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171319'	Alvão	875	S	
Vila Pouca de Aguiar	'171320'	União das freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros	350	S	

Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística

CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa

A região tem várias características paisagísticas e socioeconómicas, no entanto, existem elementos naturais, demográficos e económicos que lhe conferem homogeneidade territorial. Referem-se a seguir alguns dos que suportam muitas atividades económicas, contribuem para a imagem da região e que serão pilares em futuros processos de desenvolvimento, em articulação com a Estratégia da CIM do Alto Tâmega:

- **Água:** os recursos hídricos têm um papel marcante no território, abrangido por 2 bacias hidrográficas. A mais representativa é a bacia do Douro, através da sub-bacia do rio Tâmega, com cerca de 77% da área em território nacional. A outra bacia é a do Cávado, cujo rio nasce na serra do Larouco. Ao longo destes rios e seus afluentes, estão instaladas várias estruturas de aproveitamento hídrico (seja para fins de produção elétrica, seja para fins de regadio agrícola). Outro elemento importante são as nascentes de águas termais, algumas de elevada temperatura, que claramente distinguem a região no contexto nacional e ibérico.
- **Produtos Agroflorestais:** a agropecuária e a floresta foram sempre fontes de subsistência e rendimento. A produção dos vários produtos agrícolas e animais de criação doméstica tem marcado ao longo dos anos quer a paisagem, quer as características socioculturais da população. Daí a existência de variedades regionais (hortícolas, frutos), raças autóctones (bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos) e produtos transformados largamente reconhecidos (fumeiro, pão, vinho e azeite). O vale do Tâmega é uma das maiores zonas de pinhal-bravo do país e um dos seus produtos, a resina, volta a ter um papel notório na gestão florestal. A região é ainda uma das principais áreas de cultivo do castanheiro para produção de fruto.
- **Natureza:** associada à intervenção secular das populações rurais, estão também os espaços naturais onde existem muitas espécies de interesse comunitário, que levaram à classificação de áreas protegidas: Rede Natura 2000 (Zonas de Proteção Especial Serra do Gerês (Montalegre) e Montesinho/Nogueira (Chaves); Sítios de Interesse Comunitário Peneda-Gerês (Montalegre) e Alvão/Marão (Vila Pouca de Aguiar)) e o Parque Nacional da Peneda-Gerês (Montalegre). Pela localização fronteiriça a região confina com o Sítio de Interesse Comunitário do Tâmega (ES1130005), no troço em que o rio é fronteira administrativa com Espanha.
- **Economia:** o índice do poder de compra é inferior à média nacional, mas verifica-se que em 2011 era em todos os concelhos, superior a metade da média nacional, revelando ligeira melhoria das condições de vida da população da região, em relação ao ano 2000 que apresentava todos os concelhos com valores abaixo desta referência, com a exceção de Chaves. Os serviços e o comércio são os setores mais representativos, seguidos do turismo e restauração, construção, agricultura e floresta e por fim a indústria. Entre 2011 e 2012 houve uma redução do número de empresas (de 8.322 empresas para 7.745), sendo a perda mais notória no concelho de Chaves (219 empresas).

II - Justificação para a tipologia e limites apresentados

Este território reúne uma série de fatores que lhe conferem unidade territorial, agora consolidada com a sua transformação em NUT III. Destes fatores, destacam-se ser um território com uma das mais antigas associações de municípios do país, um quadro institucional espacialmente coincidente e até uma Agência/Associação de Desenvolvimento (a ADRAT) que aglutinou toda esta unidade.

Para efeitos de candidatura DLBC, em respeito ao histórico do Programa LEADER, um dos municípios do agrupamento de municípios do Alto Tâmega (Ribeira de Pena), não será parceiro deste processo, mantendo os outros 5 municípios.

Esta unidade tem permitido uma abordagem integrada e consistente, às problemáticas de desenvolvimento diagnosticadas na região, bem como, desde sempre, a promoção e implementação de projetos articulados.

Por tudo isto, a ADRAT transformou-se num parceiro imprescindível dos municípios e restantes atores locais, no processo de desenvolvimento do Alto Tâmega nas últimas décadas.

Integra uma zona formada pelas veigas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar, com solos de excelente capacidade agrícola. Uma zona de planalto, em Boticas, Montalegre e Valpaços, com boas aptidões para pastagens e cereais e uma zona de montanha, em Boticas e Montalegre, com boas aptidões florestais e pastoris.

A posição fronteiriça, atribui-nos capacidades e competências em matéria de cooperação, que têm vindo a ser devidamente aproveitada e aprofundada.

O povoamento é tradicionalmente concentrado, tendo-se verificado nos últimos anos, o reforço dessa concentração nos lugares com maior dimensão e nas sedes dos Municípios. Os aglomerados populacionais de maior importância são a cidade de Chaves e as sedes dos restantes Municípios.

Os indicadores populacionais de 2001 e 2011 confirmam o decréscimo populacional. Este decréscimo populacional deve-se a vários fatores relevantes que forma direta e indireta influenciaram esta situação.

O êxodo da população (principalmente jovem) é um fenómeno generalizado em toda a região. A população desloca-se sobretudo para o estrangeiro e para os grandes centros urbanos do país, onde as oportunidades de emprego são mais atrativas. Esta população jovem muda-se para outras zonas, não só pela variedade de ofertas de trabalho, mas também pelas condições sociais e de bem-estar pessoal, proporcionando níveis superiores de qualidade de vida, de acordo com as suas expetativas e necessidades.

Tendo em conta os anos em comparação, o índice de envelhecimento aumentou, este fator tem por sua vez em conta o facto de a população com mais de 65 anos ter aumentando também. A taxa de mortalidade subiu ao contrário da taxa de natalidade.

Os dados disponíveis relativos ao PIB referem-se à NUT III – Alto Trás-os-Montes (a que pertenciam os concelhos em referência), em comparação com a região Norte e o território nacional. O índice da anterior NUT Alto Trás-os-Montes tinha um índice equivalente a cerca de metade do índice nacional, e também abaixo do índice da região Norte.

Apesar dos fenómenos de despovoamento, baixa taxa de natalidade e envelhecimento da população, é também uma alternativa ao êxodo de grandes centros urbanos. Desta forma, é necessário olhar para o território com vista à melhoria das condições de vida e criação de formas de fixação da população, pois esta região, com relação de parceria existente ao longo de muitos anos, pode ser um polo atrativo de população e dinamizador de iniciativas conjuntas.

III - Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II

A presente proposta de DLBC não considera qualquer território de diferentes NUT II.

IV - Justificação para a candidatura de territórios rurais ou urbanos, fora dos limites atrás referidos

A presente proposta de DLBC não considera quaisquer territórios rurais ou urbanos fora dos limites referidos.

C. Caraterização da parceria e modelo organizacional

A ADRAT é uma instituição privada sem fins lucrativos, que se enquadra na alínea a) do ponto 3 do Aviso do Concurso para a apresentação de candidaturas DLBC. A sua atividade começou com as ações promovidas ao abrigo do Programa LEDA e por um Gabinete de Apoio Empresarial, criado no Alto Tâmega no âmbito do PDRITM II.

São associados da ADRAT as principais instituições da região, públicas e privadas, com destaque para os Municípios, Cooperativas, Associações de Produtores, Associações Culturais e outras com intervenções em prol do progresso regional. Tem como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável da região do Alto Tâmega, com destaque à criação de emprego e fixação de população. Dispõe de um Departamento de Projetos, cuja missão é dinamizar iniciativas que promovam a instalação de empresas no meio rural, contribuam para a fixação das populações na região, através da gestão do programa LEADER, hoje Programa Comunitário PRODER, desde que o Programa de Iniciativa Comunitária foi criado, envolvendo investimentos significativos nas zonas rurais, tal como com a execução de outros projetos próprios, ao abrigo de outros programas nacionais e Europeus.

A ADRAT está certificada em Sistemas de Gestão da Qualidade, no âmbito da referência ISO 9001, o que confere um caráter de maior rigor na monitorização e controlo da gestão dos seus processos internos. Também é Entidade Formadora certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) acrescentando reconhecimento e competências acrescidas nesta área de atuação.

A parceria do DLBC Rural do Alto Tâmega liderada pela ADRAT envolve um total de 34 entidades, com âmbito de intervenção local, regional ou sub-regional, garantindo uma elevada cobertura quer do espaço territorial abrangido quer das áreas socioeconómicas de atuação (**ver quadro de entidades anexo**). Estão presentes entidades públicas de natureza governativa local (5 municípios e 1 associação de municípios) e privadas de várias naturezas jurídicas e âmbitos de intervenção: 15 Associações (setores agrícola, pecuário, florestal, cultural e desenvolvimento), 8 Cooperativas (setores agrícola e cultural), 3 IPSS e 2 PME.

As entidades privadas representam 82,35% da parceria e não há nenhum grupo de interesse específico com posição maioritária, o que confere maior coesão e equilíbrio a nível decisório.

Pelas áreas de intervenção descritas em capítulo seguinte, confirma-se que todas as organizações têm experiência prévia e têm desenvolvido trabalhos nessas tipologias. De acordo com essas tipologias, teremos os contributos mais específicos dos parceiros distribuídos da seguinte forma:

Áreas de intervenção	Parceiros mais relevantes na intervenção
Dinamização Socioeconómica do território	ADRAT, ACV, CAPOLIB, CAC, CANT, MONTIMEL, ANCABRA, ARATM, COV, COOPAGUIARENSE, CVRTM, AVITRA, AGUIARFLORESTA, AFACC, TRANSVINIS, BONS E VALENTES, EPC, NATURBARROSO, EHATB
Gestão Sustentável dos ativos do território	ADRAT, CGAV, ADIRBA, AGUIARFLORESTA, AFACC, TRANSVINIS, EPC, Municípios, AMAT, SCMC, SCMVPA, SCMB, CPV, CSNSE
Promoção do Conhecimento e Inovação	ADRAT, Municípios, EPC
Cooperação Institucional e Trabalho em Rede	ADRAT, ECOMUSEU, Municípios, AMAT, TEF, INVENSOS.

Como parceiro privilegiado da existência da ADRAT, embora não integrada na parceria, temos a CIM do Alto Tâmega com quem a ADRAT articula toda a intervenção territorial.

Deve referir-se que além das entidades formalmente aderentes a este DLBC, há outras que subscreveram acordos e protocolos de colaboração com a ADRAT, o que demonstra quer a capacidade de envolvimento de outro tipo de organizações de âmbito regional, nacional e Europeu, quer a capacidade e suporte técnico que a estrutura detém em termos de áreas técnicas de intervenção e a sua participação em iniciativas lideradas por organismos nacionais e regionais. Desses acordos e protocolos destacam-se os seguintes:

- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD);
- Universidade de Vigo, Espanha (UVigo);
- Universidade de Ourense, Espanha (UO);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF):
 - Iniciativa *Business & Biodiversity* (B&B);
 - NATURAL.PT;
 - Carta Europeia de Turismo Sustentável/Parque Nacional da Peneda-Gerês (CETS).
- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR):
 - Bolsa Nacional de Terras.
- Alto Comissariado das Migrações (ACM, I.P.):
 - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.):
 - Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).
- Associação Empresarial de Portugal (AEP);
- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC):
 - Micro-crédito.
- Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM Alto Tâmega):
 - Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega.
- Chaves Social:
 - Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS+).
- Conselho Local de Ação Social de Chaves (CLAS Chaves);
- Conselho Local de Ação Social de Valpaços (CLAS Valpaços).

A ADRAT integra várias redes temáticas e associações de âmbito Europeu, que fortalecem a sua capacidade de ação e interação a vários níveis institucionais e técnicos:

- Rede Rural Europeia (EARN);
- Rede Europeia para a Inovação na Agricultura, Alimentação e Florestas (ERIAFF);

- Rede das Regiões Europeias de Investigação e Inovação (ERRIN);
- Rede Europeia para a Transferência e Exploração de Resultados de Projetos Europeus (ENTER);
- Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN);
- Associações Europeia das Regiões de Montanha (EUROMONTANA).

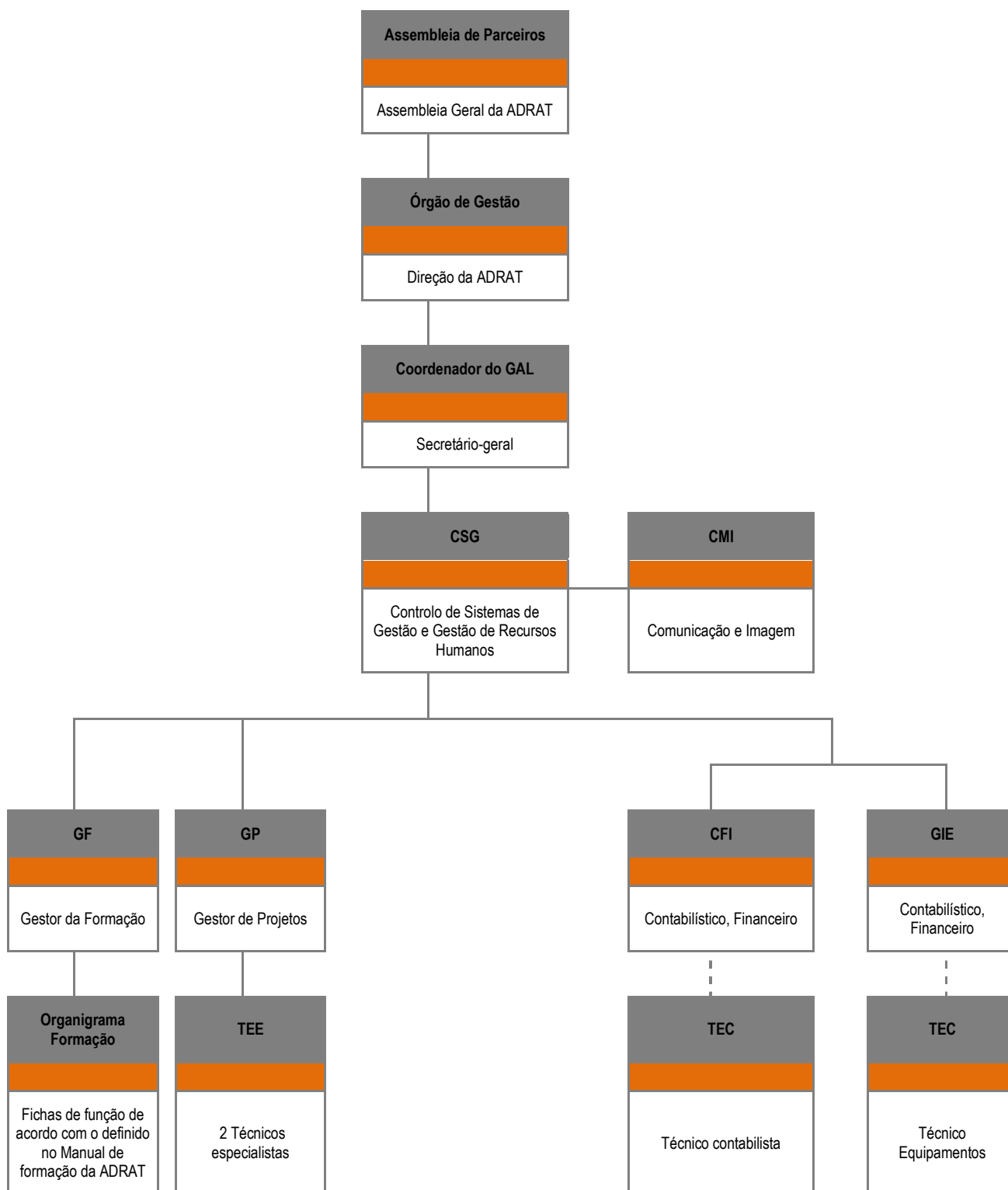
A nível nacional a ADRAT participa em várias federações, associações e redes, onde tem tido um papel ativo, nomeadamente nas seguintes:

- Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local;
- Programa para Rede Rural Nacional (PRRN);
- Rede das Aldeias de Portugal;
- Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional (ANADER).

Convém referir-se que a ADRAT subscreveu também um Protocolo com todas as Associações de Desenvolvimento Local da Região Norte, com vista a dar visibilidade e reconhecimento ao processo de preparação dos DLBC Rurais, para o período 2014-2020.

O modelo organizacional assentará na orgânica da ADRAT, respeitando os diferentes órgãos estatutariamente previstos, garantindo condições para o funcionamento e operacionalidade das suas competências. Na qualidade de entidade gestora intermédia de fundos públicos, na sequência de futura delegação de competências, garantir-se-á a segregação das funções diretivas das funções técnicas nos circuitos de abertura de concursos, receção, análise e aprovação de candidaturas, bem como na receção, análise e validação de futuros pedidos de pagamento nesse âmbito.

Em termos descritivos, a Assembleia de Parceiros é o órgão colegial constituído por todos os parceiros e funcionalmente um órgão deliberativo. Já o Órgão de Gestão é um órgão executivo, nomeado pela Assembleia de Parceiros, com uma constituição impar. A Estrutura Técnica terá como função, entre outras, manter os procedimentos necessários à abertura de concursos, receção e análise de pedidos de apoio a financiar após submissão e aprovação do Órgão de Gestão, conforme as normas nacionais e Europeias e as orientações técnicas emanadas pelas autoridades de gestão respetivas. O modelo pode figurar-se pelo organigrama seguinte.



Os recursos humanos da ADRAT, afetos à Estrutura Técnica, têm a seguinte composição:

António Machado, Frequência do 5.º ano de Arquitetura, Agente de Desenvolvimento (Programa JADE) e Master de Desenvolvimento Local e Comarcal. É Secretário-Geral da ADRAT desde 1990, sendo também o coordenador do Programa de Iniciativa Comunitária Leader no Alto Tâmega, desde o início da sua implementação.

Susana Machado, Licenciada em Gestão de Marketing pelo Instituto Português de Administração de Marketing. Responsável desde 2001 pelo Departamento de Imagem e Marketing da ADRAT e pela realização de vários eventos promocionais e seminários.

Susan Luzio, Licenciada em Estudos Europeus pela Universidade Moderna. Técnica da ADRAT desde 2004, com responsabilidade na execução e acompanhamento de vários projetos de cooperação no âmbito do Programa INTERREG, Centro de Europe Direct do Alto Tâmega, entre outros.

Alexandrina Martins, Licenciada em Informática de Gestão pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança. Técnica de Informática na ADRAT desde 2003, tem desenvolvido a Base de Dados e participado em vários programas comunitários. Desde 2007 passou a desempenhar também as funções de Mediadora do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, instalado na ADRAT.

Marco Fachada, Licenciado em Engenharia Florestal, Pós-Graduado em Engenharia dos Recursos Florestais pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Técnico da ADRAT desde 2005, responsável por vários projetos Leonardo da Vinci e do Programa ON.

Ricardo Jerónimo, Licenciado em Economia, pela Universidade Lusíada. Técnico da ADRAT desde 2004, atualmente integrado no Grupo de Ação Local Leader.

Cristina Martins, com o 11.º ano na área Científico-naturais e Curso de Gestão Financeira. Desde 2001 na ADRAT, com funções administrativas no Departamento de Contabilidade.

Maria Lage, com o 12.º ano, da área C via complementar. Técnica administrativa da ADRAT, desde 1994, com funções no Departamento de Contabilidade.

Rui Rodrigues, com o terceiro ciclo do ensino básico, exerce funções de estafeta na ADRAT, desde 1999.

José Chaves, possui o curso superior de Gestão e colabora com a ADRAT desde 1998 com funções relacionadas com o envolvimento do tecido empresarial e formação.

Marli Granja, possui o curso superior de Contabilidade, colaborando com a ADRAT no âmbito de tarefas de contabilidade e gestão, desde 2004.

Além destes recursos humanos, a ADRAT tem uma equipa de colaboradores quer consultores quer especialistas em diversas áreas que são um importante contributo para a boa implementação do DLBC Rural do Alto Tâmega de Chaves.

A ADRAT localiza-se na freguesia de Outeiro Seco, Chaves. A sede contém uma parte de funcionamento da associação e outra destinada a funcionar como estrutura de acolhimento empresarial, com boas condições para albergar espaços necessários à existência e funcionamento de estruturas de apoio ao desenvolvimento. Inaugurado em Ago/06, tem uma área superior a 1300 m². Além dos escritórios e sala de reuniões afetas à Estrutura Técnica da ADRAT, existem outras salas, com possibilidade de uso em ações de formação, reuniões de trabalho, projeção de vídeo e outras ações.

Há um espaço de recepção/exposição de documentação com 33 m². O auditório com cerca de 111 m² e 120 lugares sentados, com possibilidade de projeção de vídeo e realização de seminários e outras sessões coletivas. Para as publicações, está disponível um espaço mobilado com cerca de 20 m². De modo a poderem ser realizadas reuniões, para grupos de pelo menos 20 pessoas, existe uma sala de reuniões com cerca de 62 m², na qual se podem igualmente realizar projeções de vídeo e de transparências. Além destes, existe ainda um espaço dedicado a serviços de reprografia própria, tal como diversos outros equipamentos de projeção e comunicação.

Conforme se verifica pela análise ao histórico dos relatórios de atividades e contas, a ADRAT possui capacidade financeira para garantir a boa execução dos programas para os quais é contratualizada, garantindo uma eficiente gestão dos fluxos financeiros relativos a esses programas.

D. Diagnóstico da situação do território de incidência

I - Enquadramento geográfico



A Região do Alto Tâmega, objeto da intervenção de DLBC rural que é proposta nesta candidatura, faz fronteira a norte com a região espanhola da Galiza, a sul com a NUTS III Douro, a leste com a NUTS III Alto Trás-os-Montes e a oeste com as NUTS III Cávado e Ave. Corresponde ao território abrangido pelos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, da NUTS III Alto Tâmega (a qual integra ainda outro município, Ribeira de Pena, que não se propõe integrar esta iniciativa de DLBC rural).



Institucionalmente, estes municípios integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT) constituída em 2013.

II - Caracterização biofísica e recursos naturais

A região do Alto Tâmega distribuiu-se por duas regiões biogeográficas: a Região Euro-siberiana e a Região Mediterrânica. Existem as zonas planálticas do Alvão e do Barroso, com altitudes superiores a 700m, frias e ventosas, e os vales de Chaves e Vila Pouca de Aguiar, mais quentes e abrigados. No fundo do vale de Chaves, por exemplo, a altitude ao nível do rio Tâmega é de 350m. Há várias serras com altitudes superiores a 1.000 metros, destacando-se as serras do Gerês com 1.445m e do Larouco com 1.525m.

O Alto Tâmega integra uma zona verde formada pelas veigas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar, de altitudes compreendidas entre 400 e 750 metros, com solos de excelente capacidade agrícola. Uma zona de planalto, em Boticas, Montalegre e Valpaços, de altitudes compreendidas entre 800 e 1.000 metros, com boas aptidões para pastagens e cereais e uma zona de montanha, em Boticas e Montalegre, com altitudes até aos 1.500 metros com boas aptidões florestais nomeadamente ao longo do vale do rio Tâmega, nos concelhos de Chaves, Boticas e Vila Pouca de Aguiar. É, também, de referir que uma parte do concelho de Montalegre está integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês e parte do concelho de Valpaços integra-se na Terra Quente Transmontana.

A água | Hidrografia

Os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, são uma das marcas distintivas desta região.

O principal curso de água é o Rio Tâmega, que atravessa os concelhos de Chaves, Boticas e Vila Pouca de Aguiar. A sua bacia hidrográfica tem uma forma alongada no sentido NE/SW, com uma área total de 3.328 Km², dos quais 2.558 Km² são em território nacional.

A oeste, a zona do Alto Barroso é drenada pelos rios Cávado e Rabagão com caudal permanente, com exceção das linhas de água da rede terciária. A principal linha hidrográfica é o rio Cávado, que nasce a 1.500 metros de altitude na Serra do Larouco. Daí desce para a extensa veiga planáltica de Montalegre. Por alturas de Sezelhe o rio Cávado é cortado pela Barragem do Alto Cávado, com uma bacia hidrográfica de 102 Km². Desta albufeira sai um túnel de derivação de 5 Km de comprimento que desvia as águas do Cávado para a Barragem do Alto Rabagão, com uma bacia hidrográfica de 108 Km².

Do outro lado da montanha, o rio Rabagão, após a barragem dos Pisões, transforma-se na albufeira de Venda Nova (altitude 700 m). A última albufeira no rio Cávado do concelho de Montalegre é a de Salamonde.

Os recursos mineiros

O Alto Tâmega é dotado de uma elevada abundância de recursos mineiros, passíveis de representar interessantes reservas estratégicas. Esta região é rica em jazidas minerais, comprovadas pela permanência das marcas de antigas explorações mineiras de ouro e volfrâmio. No concelho de Vila Pouca de Aguiar localizaram-se as principais explorações mineiras de ouro presentes no Alto Tâmega. Na localidade de Campo de Jales, nas denominadas “Minas de Jales”, foram explorados ouro e prata. As minas da Borralha que se localizam junto à povoação com o mesmo nome, no concelho de Montalegre, foram a segunda maior exploração de volfrâmio a nível nacional. Nas Minas do Carris, localizadas no limite Oeste do concelho de Montalegre, próximo da fronteira e em plena Serra do Gerês, foi também explorado Volfrâmio. O estanho é um mineral relativamente abundante no Alto Tâmega, nomeadamente na zona NW, associado a filões pegmatíticos. Estes filões estão associados ao antigo Couto Mineiro do Beça, no concelho de Boticas.

A biodiversidade | Fauna e Flora

Fauna

Muitos trabalhos científicos comprovam a elevada biodiversidade desta sub-região, estando identificados, no Alto Tâmega, 177 espécies de aves, 53 espécies de mamíferos, 23 espécies de répteis, 13 espécies de anfíbios e 15 espécies de peixes. Se acrescentarmos que, por ex., há 64 espécies de aves incluídas nos anexos da Diretiva Aves, consideradas como Espécies de Interesse Comunitário, significando 36% do total de aves identificadas nesta região e que em termos territoriais representa cerca de 3% do território nacional continental, conclui-se que o Alto Tâmega é uma das regiões do país e da Península Ibérica com maior diversidade e importância para a sua conservação.

Podemos referir a presença de certas espécies de répteis e anfíbios como a *Mauremys leprosa*, *Psammotromus hispanicus*, *Blanus cinereus*, *Tarentola mauritanica* ou *Rana iberica*, com estatuto de conservação desfavorável, não havendo informação adequada que permita medidas concretas para a sua proteção e gestão ou a implementação de medidas minimizadoras de impactos, aquando da instalação e exploração de certas infraestruturas.

Alguns mamíferos como a *Lutra lutra* ou *Galemys pyrenaicus* requerem também informação atualizada que ateste a sua presença e real distribuição, sendo também Espécies de Interesse Comunitário.

As atividades turísticas e recreativas, particularmente aquelas realizadas nas áreas protegidas, nem sempre são ajustadas e compatíveis com as especificidades naturais e culturais desses espaços, constituindo frequentemente um fator de desagregação ambiental e sociocultural. A Observação de Aves (mais conhecida como *Birdwatching* ou *Birding*) é uma atividade de lazer, realizada ao ar livre, sendo um dos passatempos com crescimento mais rápido em todo o Mundo, havendo estimativas de mais de 80 milhões de observadores de aves. O Alto Tâmega, pelo número de espécies que fazem parte da sua biodiversidade, constitui-se um local propício à prática deste desporto, existindo já observatórios nos concelhos de Chaves, Montalegre e Vila Pouca de Aguiar.

Agropecuária

No que concerne às raças autóctones é de realçar que as populações rurais sempre tiraram proveito da agropecuária, como principal manancial de riqueza e de subsistência, daí a origem e desenvolvimento de várias raças autóctones, caracterizadas por um património genético único e

perfeitamente adaptado às duras condições naturais desta região. Como exemplos destas raças autóctones podemos referir o cavalo de raça luso-galega (Garrana), os caprinos (*Capra hircus*) das raças Bravia e a Serrana Transmontana, e os ovinos das raças Bordaleira de Entre Douro e Minho, Charrua da Terra Quente e a Galega Bragançana.

Na classe dos bovinos sobrevivem três raças autóctones: a Barrosã, a Maronesa e a Mirandesa. O porco (*Sus domestica*), representado pela raça autóctone Bísaro, foi e ainda é um animal de extrema importância cultural e económica, tendo constituído, durante séculos, a única carne capaz de ser conservada e consumida ao longo do ano, dando origem ao famoso “fumeiro” transmontano.

Flora

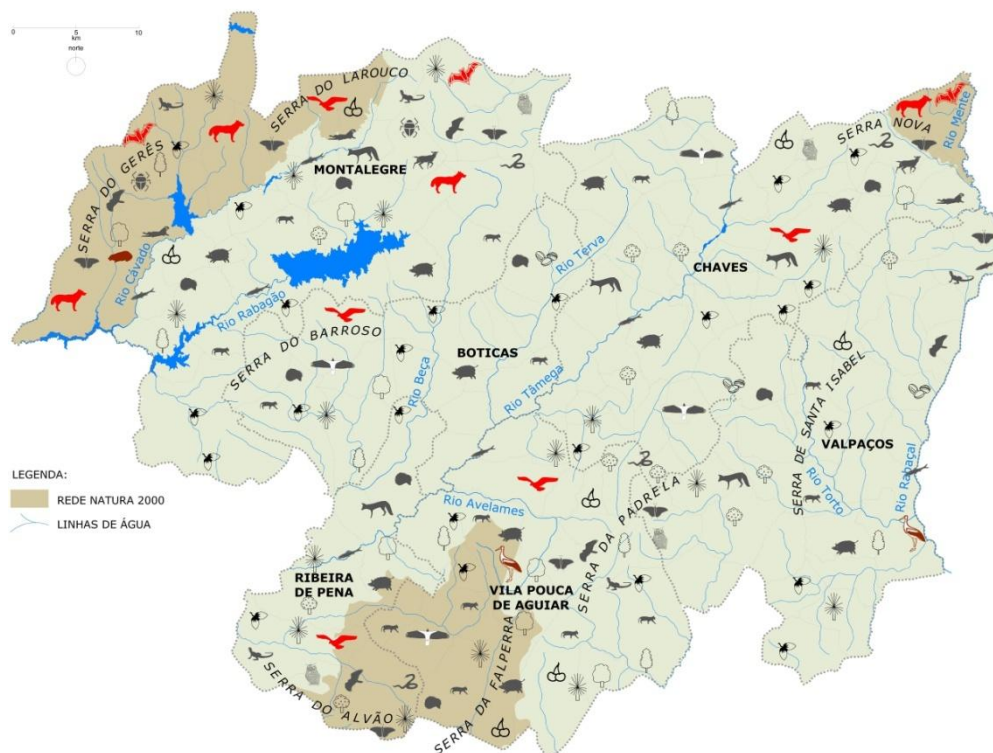
Característica marcante da região é a abundante diversidade de vegetação profundamente relacionada com a ocupação humana e a sua atividade. Os bosques de folhosas são a base ancestral da vegetação local, com inúmeras espécies companheiras, arbustivas e herbáceas.

As composições arbóreas de carvalhos, castanheiros e pinheiros, são das que mais relevo têm neste conjunto. Associadas a estas massas florestais de influência atlântica e Euro-siberiana, é exequível encontrar espécies como o abrunheiro (*Prunus spinosa*), o escambrunheiro ou pirliteiro (*Crataegus monogyna*) ou o azevinho (*Ilex aquifolium*).

Os carvalhais são bosques muito diversificados, onde embora domine o carvalho existe um grande número de outras espécies de árvores e arbustos como, o zangarinho (*Frangula alnus*), lamagueira (*Sorbus aucuparia*), o vidoeiro (*Betula celtibérica*), os mirtilos ou arandos (*Vaccinium myrtillus*), cujas bagas são aproveitadas para compotas e as folhas para chá. Comportam ainda um vasto e variado leque de flores silvestres, musgos, líquenes, fetos e fungos (cogumelos). Outra espécie de grande valia ecológica é a pereira brava (*Pyrus piraster*), espécie rara, fundamental no regime alimentar de várias espécies de fauna.

Em locais de maior influência mediterrânica surgem as matas dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*) e pela azinheira ou carrasco (*Quercus ilex*). A oliveira (*Olea europaea*) é um dos sustentáculos da economia agrícola da região constituindo uma das imagens de marca da paisagem local. O medronheiro (*Arbutus unedo*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas* subsp. *pedunculata*) e a esteva (*Cistus ladanifer*), são dos arbustos mais apreciados pelas espécies melíferas.

Nas margens dos rios e ribeiros dominam espécies como o olmo ou negrilho (*Ulmus procera*), o salgueiro (*Salix atrocinera* e *Salix salvifolia*), o loureiro (*Laurus nobilis*) e a aveleira brava (*Coryllus avellana*).



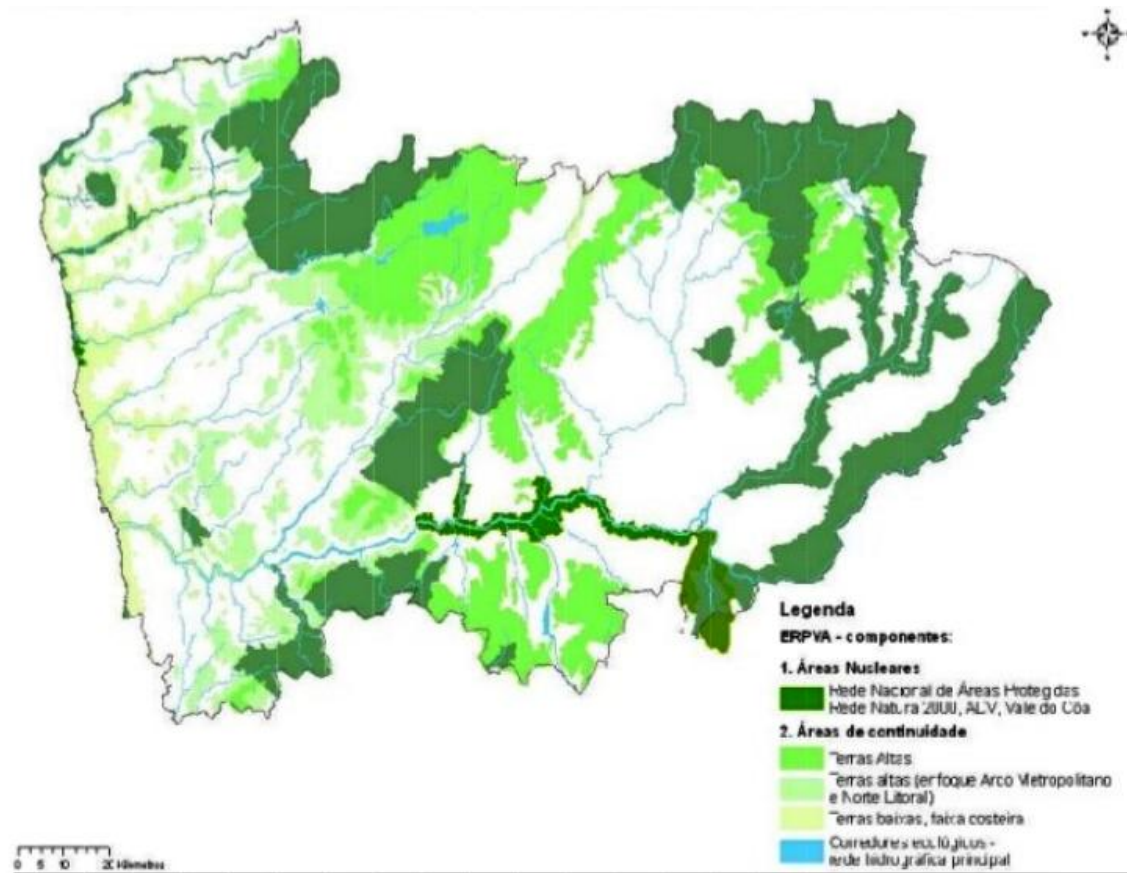
ESTATUTO DE CONSERVAÇÃO	OUTROS		NOTÁVEIS
PERIGO DE EXTINÇÃO	AVES DE RAPINA	COBRA / VÍBORA	CARVALHOS
ÁGUIA REAL	ÁGUIA COBREIRA	LAGARTO	RESINOSAS
QUIRÓPTEROS	BUFO REAL	OURIÇO CACHEIRO	RIPÍCOLAS
LOBO	LONTRA	GATO MONTÊS	FRUTEIRAS
VULNERÁVEIS	JAVALI	ESCARAVELHO	CEREJEIRA, GINGEIRA
CEGONHA-BRANCA	CORÇO	BORBOLETA	NOGUEIRA
TOUPEIRA-DE-ÁGUA	ICTOFAUNA	RAPOSA	CASTANHEIRO

Rede natura e património natural ¹

Áreas Protegidas e Classificadas

A região do Alto Tâmega tem um carácter único quanto à ocorrência de espécies de fauna e flora de interesse comunitário, com a consequente classificação de vários territórios como Rede Natura 2000. Existem aqui as seguintes áreas classificadas: Zonas de Proteção Especial (ZPE) - Serra do Gerês (PTZPE002) e Montesinho/Nogueira (PTCON002), e Sítios de Interesse Comunitário (SIC) - Alvão/Marão (PTCON003), Montesinho/Nogueira (PTCON002) e Peneda/Gerês (PTCON001).

¹ Fonte: AMAT



FONTE: CCDR NORTE – PROPOSTA DE PROT

Zonas de Proteção Especial (ZPE)

ZPE Serra do Gerês: esta zona tem uma área de 63.438,11 ha, além de coincidir em grande parte (92%) com o Sítio de Interesse Comunitário Peneda/Gerês e de estar integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, tem também 3% do seu território classificado como Reserva Biogenética (Matas da Palheiros-Albergaria). Situa-se na região Noroeste de Portugal, desenvolvendo-se entre os planaltos da Mourela (concelho de Montalegre) e de Castro Laboreiro (concelho de Melgaço), incluindo grande parte das serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, onde alcança os 1545 metros de altitude. A região caracteriza-se pelo relevo rigoroso, com uma paisagem de cristas aguçadas, escarpas e desfiladeiros profundos, bem representados sobretudo na serra do Gerês.

ZPE Montesinho/Nogueira: ocupa uma área de 108.010,59 ha, correspondendo em 99% ao SIC Montesinho/Nogueira. A paisagem desta ZPE caracteriza-se por um mosaico de habitats, resultado da grande variedade geológica, com grandes diferenças de altitude e com os diferentes tipos de atividades humanas desenvolvidas ao longo de séculos. Destaca-se aqui a agricultura tradicional de montanha, baseada sobretudo na exploração de pecuária extensiva.

Sítios de Interesse Comunitário (SIC)

SIC Peneda/Gerês: com uma área de 88.845 ha, este Sítio localiza-se numa região montanhosa acidentada, com predomínio de rochas graníticas, relevo vigoroso e com um carácter desnudado. Em

termos climáticos tem uma grande influência atlântica, mas sofre também influência mediterrânica e continental, que varia à medida que nos deslocamos para o interior ou em altitude, o que promove uma grande diversidade de habitats.

SIC Montesinho/Nogueira: ocupa uma área de 107.719 ha e inclui no seu perímetro a ZPE Montesinho/Nogueira. É um Sítio com uma extraordinária diversidade de comunidades e espécies, cruzando aqui elementos típicos dos ecossistemas de montanha do eixo pirenaico-cantábrico (limite meridional de distribuição), com elementos tipicamente mediterrânicos (limite setentrional de distribuição).

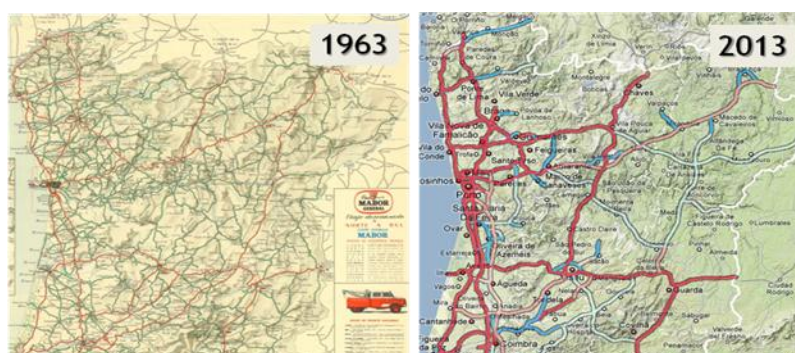
SIC Alvão/Marão: este Sítio, com 58.788 ha, integra na sua área o Parque Natural do Alvão, abarcando grosso modo as serras do Alvão e Marão, com altitudes máximas de 1330 e 1416 m, respetivamente, delimitado a Oeste pelo rio Tâmega e a Este pelo rio Corgo.

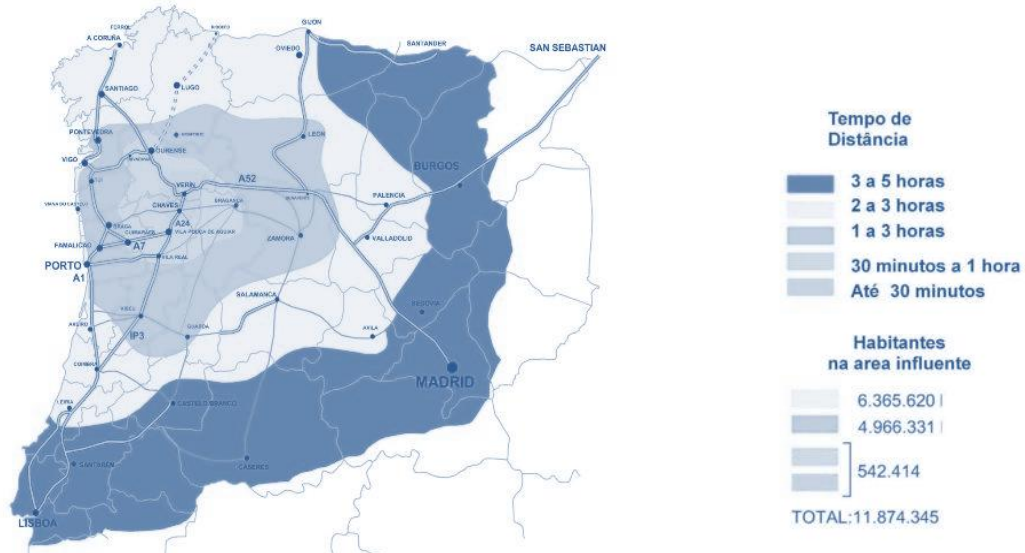
Áreas protegidas

Quanto às áreas protegidas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas, existe o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). Trata-se do único Parque Nacional de Portugal. A sua criação (Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio) visou a realização nessa área montanhosa de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. No fundo, trata-se de conservar solos, águas, a flora e a fauna, assim como preservar a paisagem nessa vasta região montanhosa do Noroeste português. Na região do Alto Tâmega, o PNPG integra cerca de 26% da área do concelho de Montalegre e tem fronteira com o Parque Natural Baixa Limia/Serra do Xurês (Galiza) (que em conjunto formam o Parque Transfronteiriço Gerês/Xurês). Dada a sua localização fronteiriça com Espanha, esta região é também o limite do Sítio de Interesse Comunitário (SIC) do Tâmega (ES1130005), com uma área de 718,76 ha, no troço em que o rio Tâmega é a fronteira administrativa entre os dois países.

III - Acessibilidades

O Alto Tâmega caracteriza-se por ser uma região com distâncias significativas entre os principais centros populacionais, com povoações geograficamente dispersas, mas de povoamento tradicionalmente concentrado. Os problemas de acessibilidade para o exterior da região foram resolvidos em larga escala pela construção dos novos eixos rodoviários (A24, A7 e ligação direta à A4). Também tem ligação direta da A24 à autoestrada A75 na Galiza que por sua vez conecta com a A52 (Autovia das Rias Baixas).





A malha interna das comunicações viárias tem melhorado, ainda que se verifique um novo aumento de utilização das vias tradicionais, em função do aumento do custo de circulação na A24. Para além do efeito da introdução das portagens, o tráfego nestas autoestradas sofreu também o efeito da atual conjuntura económico-financeira, que afeta cidadãos e empresas e que se reflete, de uma forma generalizada, na evolução dos volumes de tráfego a nível nacional, como se pode ver nestes dados da Estradas de Portugal:

	TMD Novembro		VAR 2010/2011	TMD Dezembro		VAR 2010/2011	VAR Devido a portagens
	2010	2011		2010	2011		
Concessão Interior Norte (A24)	6 297	5 364	-14,8%	6 374	4 548	-28,6%	-13,8%

Na fronteira de Vila Verde da Raia/Verín, circulam diariamente entre 500 e 1.000 viaturas, colocando esta fronteira no 2.º nível das fronteiras terrestres nacionais.

Nível	TMD	Fronteiras
1º	≥ 1000	Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro
		Valença do Minho (ponte nova)/Tuy
		Caia/Badajoz
2º	>500 e <1000	Vila Verde da Raia/Verín
		Monte Francisco/Ayamonte
3º	≤500	Quintanilha/San Martim de Pedroso
		Vila Verde de Ficalho/Rosal de la Frontera

Tabela 1 - Classificação das fronteiras por nível de acordo com o transporte rodoviário transfronteiriço de veículos pesados de mercadorias (trt)²

As ligações rodoviárias, através das autoestradas permitem ainda a ligação direta a outras infraestruturas de transportes relevantes no Norte de Portugal (Porto de Leixões e Aeroporto de Sá Carneiro) e Galiza (Porto de Vigo, Aeroporto de Vigo e Santiago de Compostela), num raio de distância de 200 km.

Os acessos intrarregionais apresentam alguns constrangimentos em termos de acesso entre os concelhos.

IV - Dinâmicas Populacionais

Na área de intervenção residem cerca de 86 mil habitantes, tendo vindo a registar-se uma diminuição contínua nos últimos anos. Na década de 2000 a região perdeu mais de 10 mil habitantes, ou seja, acima de 10% do total (entre 1991 e 2001 essa perda tinha rondado os 7%).

População residente	2001	2013	Varição
Boticas	6.392	5.540	-13%
Chaves	43.563	40.788	-6%
Montalegre	12.669	10.049	-21%

² Fonte: INE, Inquérito ao Transporte Rodoviário Transfronteiriço de Veículos Pesados de Mercadorias (ITRT), 2009

População residente	2001	2013	Varição
Valpaços	19.415	16.252	-16%
Vila Pouca de Aguiar	14.929	12.819	-14%
Alto Tâmega	96.968	85.448	-12%

Tabela 2 – População Residente (Dados: PORDATA)

Esta diminuição deve-se a uma combinação das duas componentes (migrações e movimento natural) que, em 2013, representavam uma perda anual superior a 1000 habitantes.

No caso das migrações, os dados demonstram que houve um aprofundamento da perda anual – em 2001, o Alto Tâmega era uma região com saldo positivo e atualmente essa situação apenas se regista em Chaves, mesmo assim com valores anuais bastante inferiores ao do início da década anterior.

Já do ponto de vista do saldo natural (nascimentos – óbitos), aprofundou-se a situação regressiva. A diminuição da taxa de mortalidade não compensa a acelerada diminuição dos níveis de natalidade.

	Saldo total		Saldo natural		Saldo migratório	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013
Boticas	-46	-103	-68	-66	22	-37
Chaves	0	-231	-161	-244	161	13
Montalegre	-165	-228	-141	-148	-24	-80
Valpaços	-148	-310	-147	-217	-1	-93
Vila Pouca de Aguiar	-74	-186	-51	-138	-23	-48
Alto Tâmega	-433	-1.058	-568	-813	135	-245

Tabela 3 - Variação anual da população, em 2001 e 2013 (Fonte: PORDATA)

Esta evolução indicia outro fenómeno demográfico especialmente grave: o envelhecimento da pirâmide etária. O índice de envelhecimento médio no Alto Tâmega é de 282,9 (idosos por cada jovem), que compara com a média da Região Norte (114,1) e de Portugal (127,6)

	Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)		Índice de envelhecimento (2011)
	2001	2011	2001	2011	
Portugal	10,9	9,20	10,1	9,70	127,60
Norte	11,2	8,50	8,7	8,60	114,10
Alto Tâmega	6,88	4,88	14,20	14,04	282,90
Boticas	5,2	3,50	15,8	12,40	311,80
Chaves	7,4	6,20	11,1	11,90	206,60
Montalegre	5,4	4,60	16,6	17,30	352,40
Valpaços	7	4,10	14,6	14,60	315,40
Vila Pouca de Aguiar	9,4	6	12,9	14	228,30

Tabela 4 – Natalidade vs mortalidade do Alto Tâmega ³

Este envelhecimento etário resulta de dois fenómenos:

- a perda de jovens, não só pela baixa natalidade, mas também pela emigração (nacional e para o estrangeiro), que é seletiva e atinge as camadas etárias que menos horizontes de futuro encontram no Alto Tâmega.
- O prolongamento da esperança média de vida, implicando a presença de um maior número de idosos, que é um segmento populacional com necessidades específicas e, maioritariamente, já fora do sistema produtivo.

V - Dinâmicas económicas

Produto Interno Bruto (PIB)

Os dados disponíveis relativos ao PIB referem-se apenas às NUT III – e no caso dos municípios do Alto Tâmega apenas há dados do período em que os municípios integravam a NUTS III Alto Trás-os-Montes. No entanto, conseguimos ter a noção de que a capitação do PIB desta NUT equivale a cerca de 70% do índice nacional e abaixo do índice da região norte.

³ Fonte: INE

NUTS	Níveis relativos de PIB per capita			PIB a preços correntes			Face à média da UE		
	(Índice Portugal =100)			milhões de euros			(Índice UE28=100)		
	2002	2010	2011 Po	2002	2010	2011 Po	2002	2010	2011 Po
Portugal	100	100	100	140.567	172.860	171.126	80	80	77
Região Norte	80,2	80,7	81,4	40.056	48.836	48.675	64	65	62
Alto Trás-os-Montes	59,1	70,9	70,4	1.768	2.390	2.329	47	56	53

Tabela 5 – PIB⁴

Poder de compra

O índice de poder de compra, no Alto Tâmega é bastante inferior à média nacional, verificando-se, no entanto, o seu crescimento regular na última década.

Anos	Poder de compra (Número Índice - %)			
	2000	2007	2009	2011
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	85,96	86,24	87,64	89,22
Alto Trás-os-Montes	56,87	66,33	67,43	72,35
Alto Tâmega	44,96	54,44	55,77	61,31
Boticas	35,06	48,74	50,64	52,64
Chaves	68,99	73,65	74,41	79,09
Montalegre	40,81	49,06	50,40	57,81
Valpaços	39,13	48,29	49,52	54,62
Vila Pouca de Aguiar	40,83	52,46	53,88	62,41

Tabela 6 - Poder de compra per capita ⁵

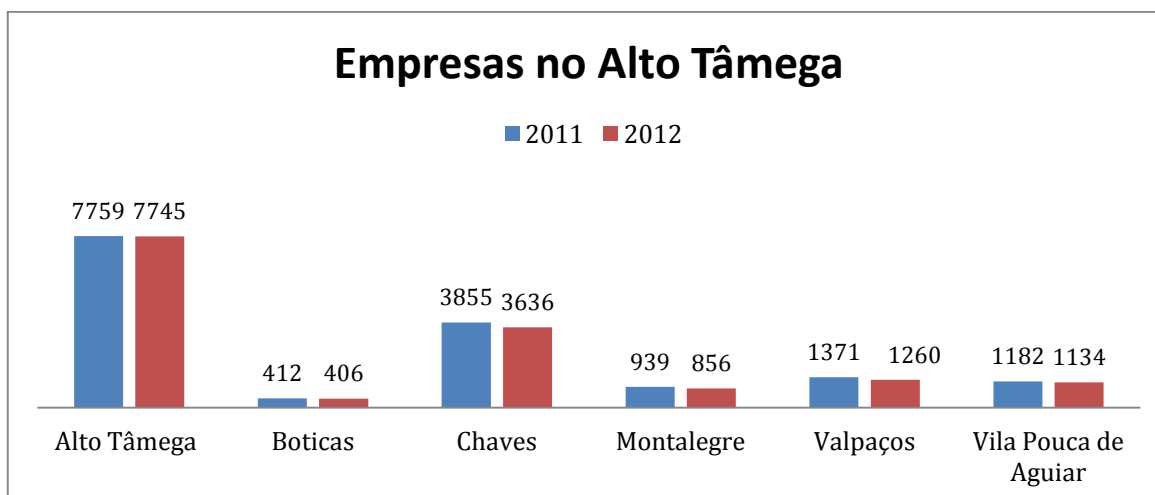
Essa evolução é relativa, não significando necessariamente um progresso ao nível das condições de vida. Note-se que, segundo o INE, em 2012 o ganho médio mensal no Alto Tâmega era de 752,99€, bastante inferior ao valor do ganho médio mensal da Região Norte (958,11€).

⁴ Fonte: INE

⁵ Fonte: Pordata <http://www.pordata.pt/>

Atividade empresarial

Existem cerca de 8.000 empresas no Alto Tâmega, das quais menos de 2000 têm forma societária. Em anos recentes verifica-se uma diminuição deste número: entre 2011 e 2012 houve um decréscimo em todos os concelhos do Alto Tâmega, passando de 8.322 para 7.745 empresas. Isto representa uma diminuição de quase 500 empresas num ano, sendo a perda mais significativa no concelho de Chaves (219 empresas).



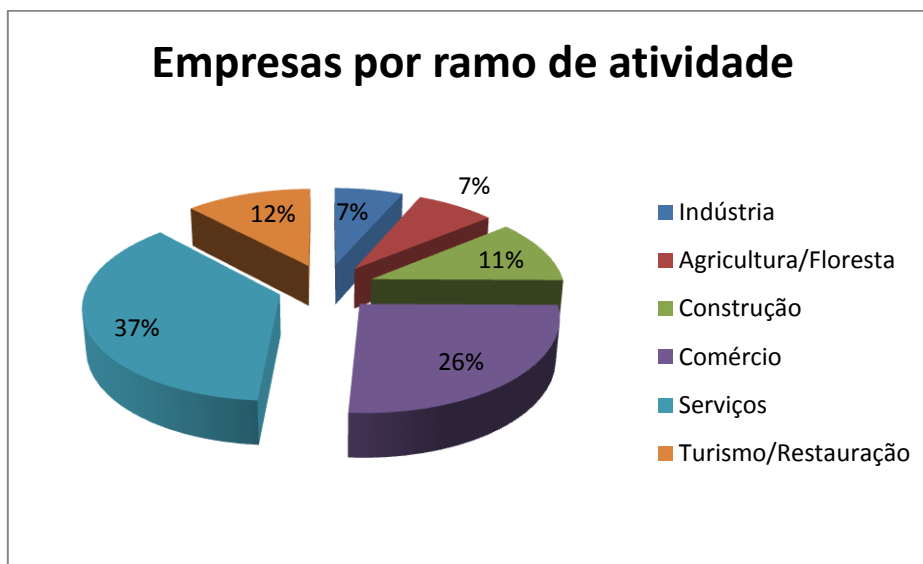
Empresas No Alto Tâmega (2011-2012) – Fonte Ine

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Empresas (N.º) por Localização geográfica, Forma jurídica; Anual		
		Total	Empresa individual	Sociedade
2012	Boticas	406	316	90
	Chaves	3636	2654	982
	Montalegre	856	663	193
	Valpaços	1260	966	294
	Vila Pouca de Aguiar	1134	861	273
	Alto Tâmega	7292	5460	1832

Empresas (N.º) por Localização geográfica e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)⁶

⁶ Fonte: INE

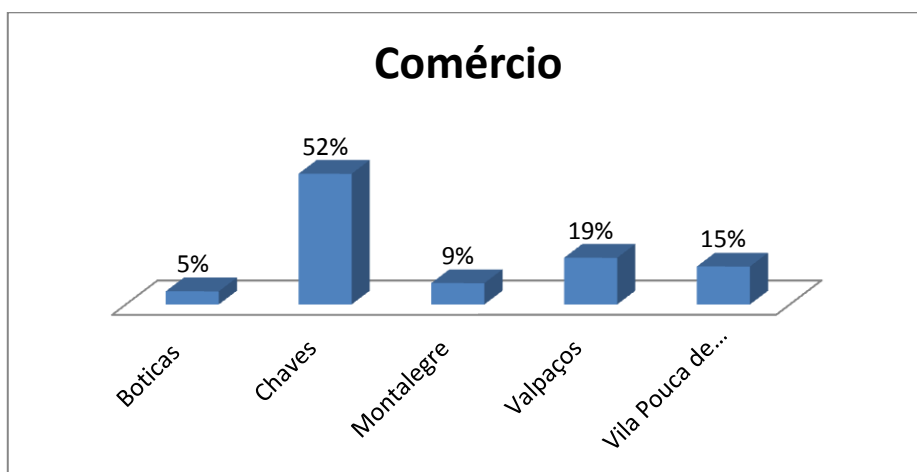
Os serviços e o comércio são os dois setores com mais representatividade no Alto Tâmega, seguidos do turismo e restauração, construção, agricultura e floresta e por fim a indústria transformadora.



Distribuição Das Empresas Por Ramo No Alto Tâmega⁷

O concelho de Chaves representa mais de metade do número de empresas comerciais e de serviços do Alto Tâmega, e cerca de metade no caso do turismo e restauração e da indústria.

Já no caso da agricultura e florestas, destaca-se a concentração em Montalegre que, juntamente com Chaves, representa quase 60% do total de empresas.



Distribuição Das Empresas Do Setor Do Comércio Por Concelho

⁷ Fonte: INE - X,XII, XIV e XV Recenseamentos

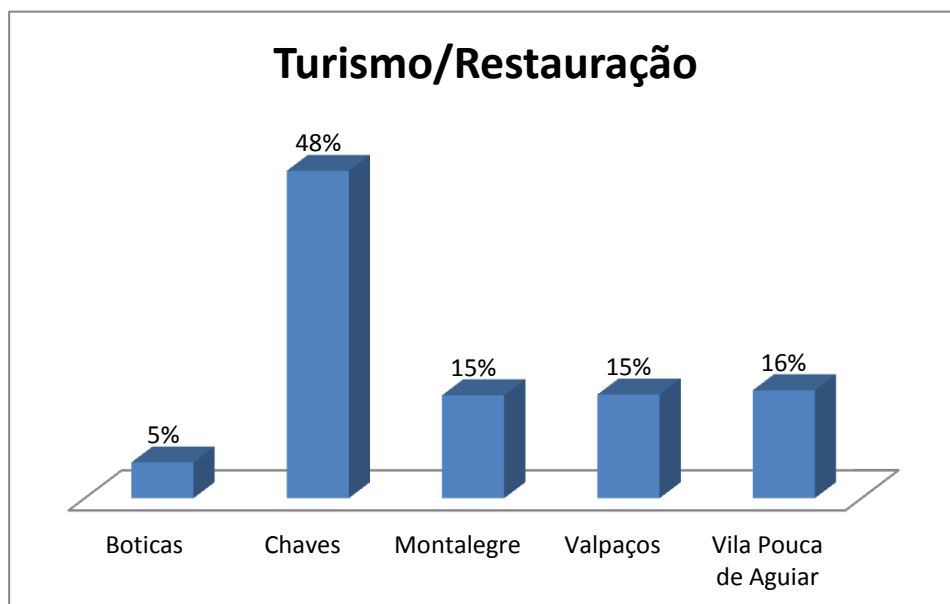
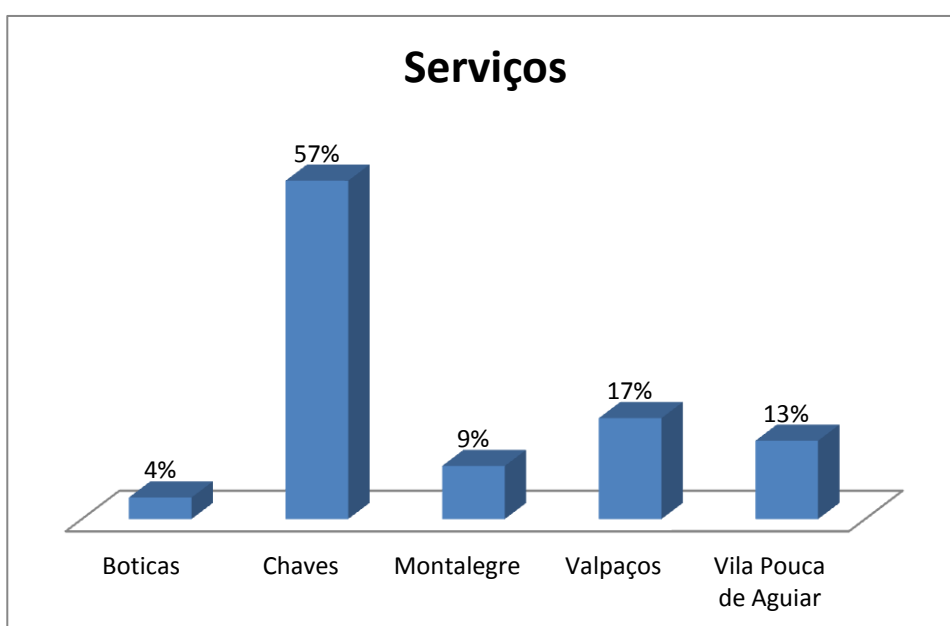
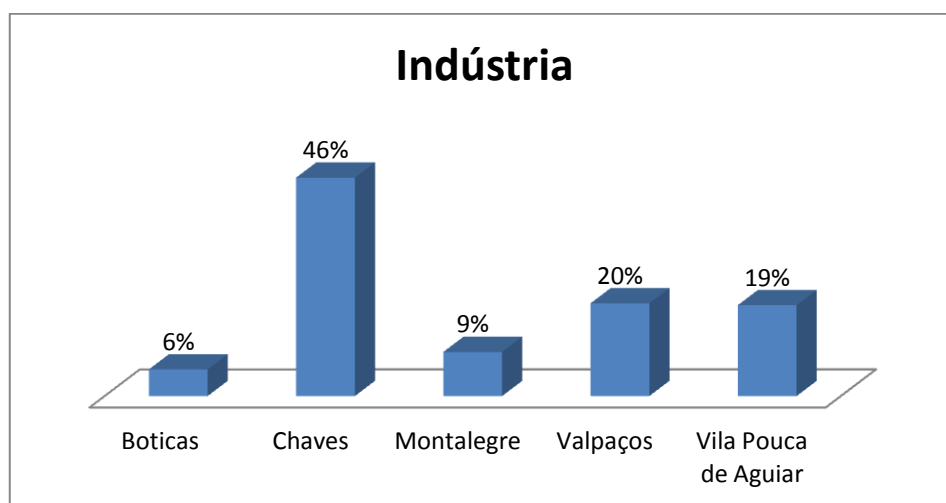


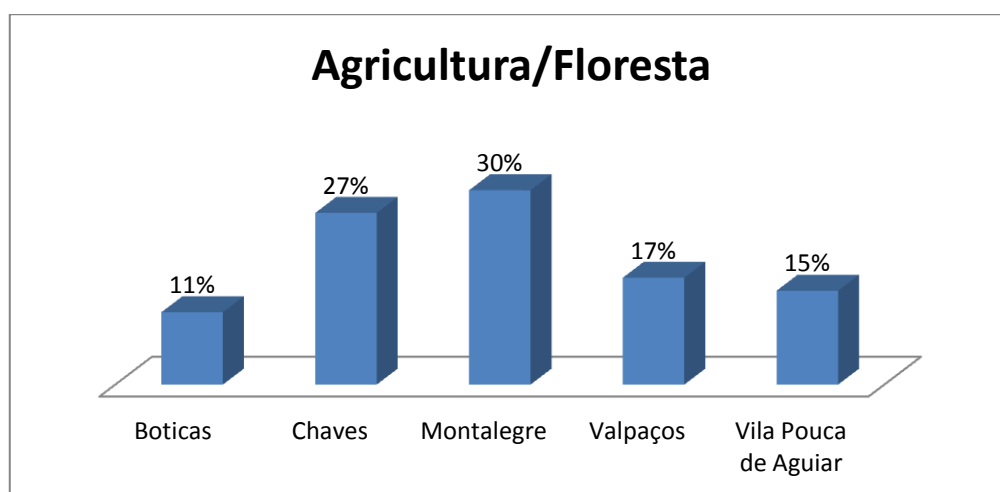
Gráfico 4 - Distribuição Das Empresas Do Setor Do Turismo/Restauração Por Concelho



Distribuição Das Empresas Dos Setores Dos Serviços



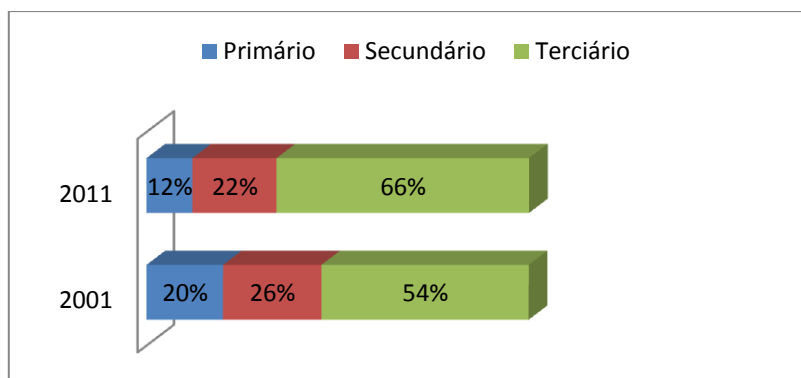
Distribuição Das Empresas Do Setor Da Indústria Por Concelho



Distribuição Das Empresas Do Setor Da Agricultura/Floresta Por Concelho

Emprego

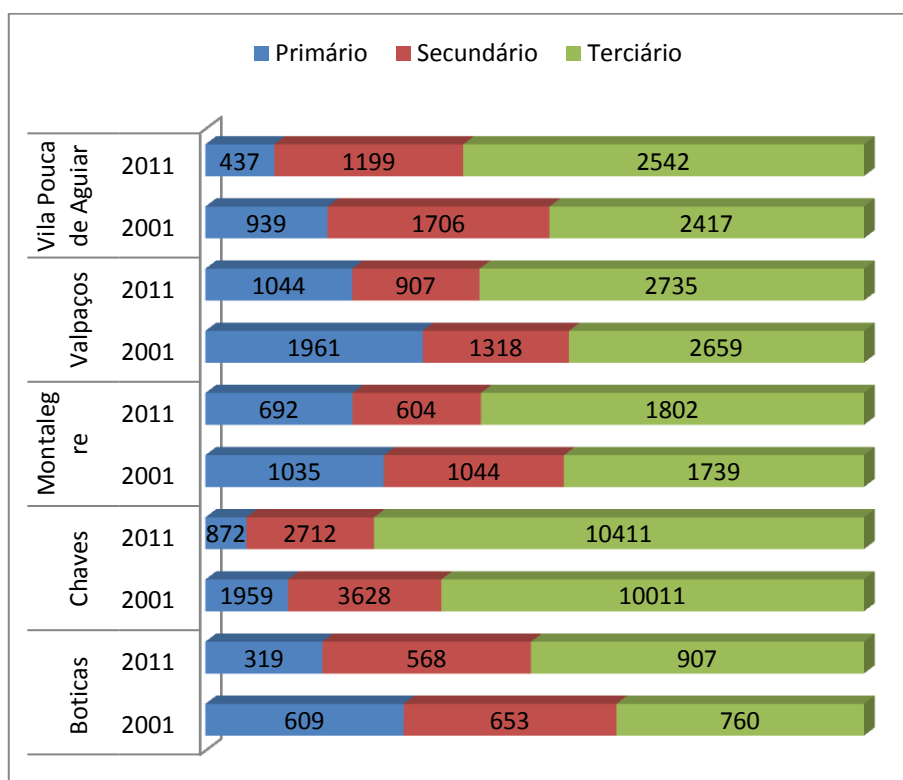
Em 2001 e 2011 (INE) era esta a distribuição do emprego por setores de atividade:



Distribuição Do Emprego Por Setor No Alto Tâmega⁸

Os setores primário e secundário diminuíram de importância relativa, e cerca de dois em cada três empregados trabalham atualmente no setor dos serviços.

Em 2011 existiam no Alto Tâmega 3.364 empregados no setor primário, 5.990 no setor secundário e 18.397 no setor terciário.



Distribuição Do Emprego Por Concelho E Setor Económico

⁸ Fonte dos dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos

Esta distribuição tem algumas variações nos diversos concelhos, mas, globalmente, são as empresas dos setores do comércio, indústria transformadora e construção as maiores empregadoras.

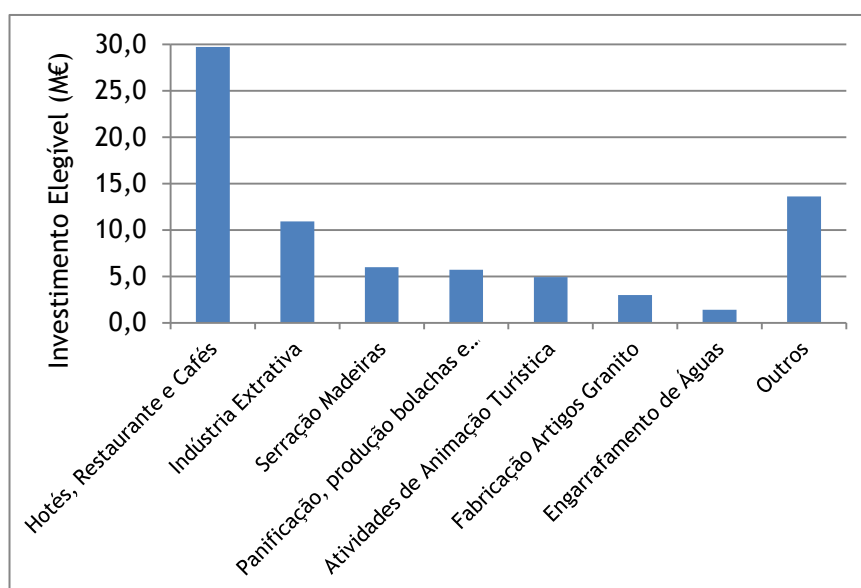
	Boticas	Chaves	Montalegre	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar
1	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	Indústrias transformadoras
2	Indústrias transformadoras	Indústrias transformadoras	Construção	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas
3	Construção	Construção	Alojamento, restauração e similares	Indústrias transformadoras	Construção
4	Alojamento, restauração e similares	Alojamento, restauração e similares	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Alojamento, restauração e similares
5	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Atividades de saúde humana e apoio social	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Outras atividades de serviços

Distribuição Dos Maiores Empregadores (Empresas) Do Alto Tâmega (Dados 2012) ⁹

Investimento empresarial

Os dados sobre a aplicação de sistemas de incentivos às empresas dão alguns sinais relativos à evolução do tecido económico no Alto Tâmega, sendo interessante registar a forte orientação para o investimento em valorização de recursos locais (turismo, exploração de granito e águas). Segundo dados da CCDR Norte, até 2014 foram aprovados projetos no ON2 e Compete com investimento de cerca de 35 M€ em Turismo e Restauração e de 11 M€ em Indústria Extrativa.

⁹ Fonte: INE



(Valores apresentados incluem projetos SI financiados pelo COMPETE)

Sistemas De Incentivos – Setores De Atividade¹⁰

Para comparação, note-se que o padrão de investimento, no equilíbrio entre público e privado (medido através da aplicação de incentivos às empresas) é, nesta região, inverso da média da Região do Norte. No Alto Tâmega predomina ainda o investimento público, designadamente na prestação de serviços sociais e reabilitação territorial e urbana.

	SI (ON2 e COMPETE)	Operações Públicas
Alto Tâmega	813,9	1017,4
Região Norte	972,2	667,2

(valores em €/habitante considerando o valor das operações contratadas em 2014.03.21)

Intensidade Relativa Do Investimento (Investimento Elegível Per Capita)¹¹

A situação inverte-se um pouco quando analisamos os dados relativamente ao investimento realizado com apoio FEADER – ou seja, no setor rural/ agro-florestal. No Programa PRODER, em que a ADRAT, como Grupo de Ação Local, aprovou 107 projetos, a situação registada foi a seguinte:

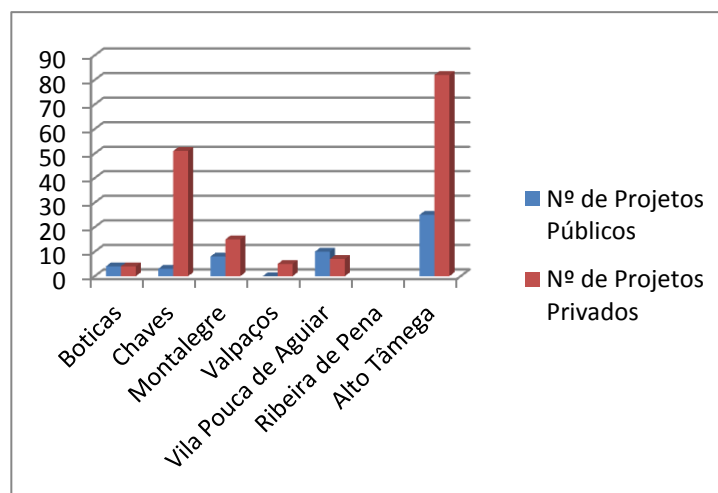
¹⁰ Fonte: CCDR Norte

¹¹ Fonte: CCDR Norte

	Nº de Projetos	Nº de Projetos Públicos		Nº de Projetos Privados		Total Investimentos
		Nº	Valor do Investimento	Nº	Valor do Investimento	
Boticas	8	4	719.866,89	4	406.421,61	1.126.288,50
Chaves	54	3	241.588,78	51	7.082.462,48	7.324.051,26
Montalegre	23	8	626.564,40	15	1.768.676,77	2.395.241,17
Valpaços	5	0	0	5	756.320,51	756.320,51
Vila Pouca de Aguiar	17	10	1.049.493,18	7	599.796,09	1.649.289,27
Alto Tâmega	107	25	2.637.513,25	82	10.613.677,46	13.251.190,71

Distribuição De Projetos E Investimentos Em Função Da Natureza Pública E Privada, Aprovados No Âmbito Da Abordagem Leader 2007-2013¹²

Proder – projetos públicos e privados (N.º projetos)

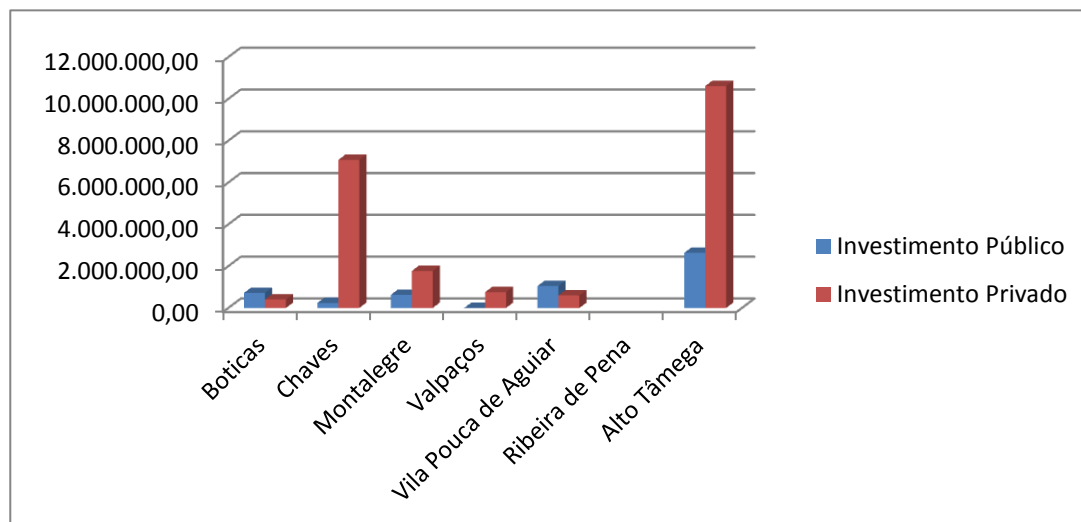


Distribuição dos projetos públicos e privados por concelho (Nº)¹³

¹² Fonte: GAL ADRAT (Abril/2014)

¹³ Fonte: GAL ADRAT (Abril/2014)

Proder – projetos públicos e privados (Investimento)



Distribuição Dos Investimentos Públicos E Privados Por Concelho (€)¹⁴

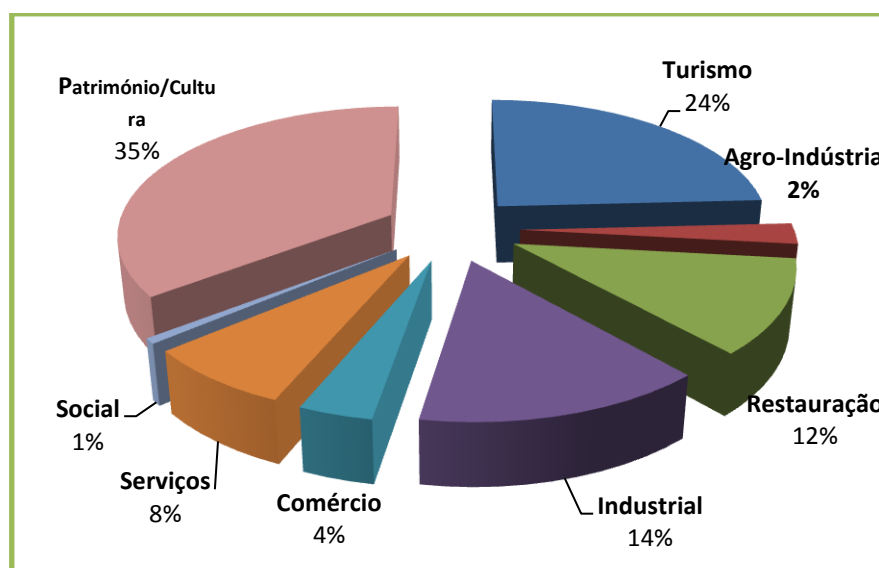
Os 107 projetos aprovados confirmam a ideia de que o investimento incide muito significativamente na valorização de recursos endógenos: mais de metade dos projetos (58) tiveram como objetivo a valorização do Património e Cultura, seguidos pelo setor do Turismo e restauração, com 21 projetos aprovados.

	Boticas	Chaves	Montalegre	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar	Alto Tâmega
Turismo	0	6	5	3	0	14
Agro-Indústria	0	5	2	0	0	7
Restauração	0	6	0	0	1	7
Indústria	0	7	1	0	0	8
Comércio	0	3	0	0	0	3
Serviços	0	4	1	2	0	7
Social	1	1	1	0	0	3
Património/Cultura	7	22	13	0	16	58
	8	54	23	5	17	107

Distribuição Dos Investimentos Por Setor De Atividade, N.º de Projetos Aprovados No Âmbito Da Abordagem Leader 2007-2013¹⁵

¹⁴ Fonte: GAL ADRAT (Abril/2014)

¹⁵ Fonte: GAL ADRAT (Abril/2014)



Investimento Aprovado Na Região Do Alto Tâmega, No Âmbito Da Abordagem Leader 2007-2013, Por Setor De Atividade ¹⁶

VI - Educação

O número de alunos matriculados nos diversos níveis de ensino tem vindo a diminuir, fruto das dinâmicas demográficas regressivas que já assinalámos. Vejam-se os dados referentes a dois anos recentes, 2009 e 2012, na tabela da página seguinte: em praticamente todos os níveis e todos os municípios houve diminuição do número de alunos matriculados.

Também no Ensino Superior se verifica tendência semelhante. Em 2014 encerrou o polo da UTAD, mantendo-se em funcionamento apenas a Escola Superior de Enfermagem. Esta foi criada em 1993 pela Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves (APEEC), uma instituição sem fins lucrativos constituída pelas Câmaras Municipais do Alto Tâmega e Barroso e pelas respetivas Santas Casas da Misericórdia. Esta escola tem atualmente 522 alunos, muitos deles oriundos da vizinha Galiza, que pela proximidade e pela qualidade do ensino completam a sua escolaridade no concelho de Chaves.

¹⁶ Fonte: GAL ADRAT (Abril/2014)

	Nível de ensino											
	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012
Boticas	580	518	113	89	189	179	97	90	161	150	20	10
Chaves	9.769	6.977	988	858	1.591	1.567	1.052	865	2.848	1.618	3.290	2.069
Montalegre	1.421	1.217	196	170	331	266	235	191	347	367	312	223
Valpaços	2.541	1.978	361	306	573	479	428	334	653	504	526	355
Vila Pouca de Aguiar	1.966	1.738	260	221	531	404	329	270	543	508	303	335
Alto Tâmega	16.277	12.428	1.918	1.644	3.215	2.895	2.141	1.750	4.552	3.147	4.451	2.992

Fonte: PORDATA

Alunos matriculados por nível de ensino

Nos anos recentes houve igualmente um profundo reordenamento da rede escolar, com diminuição do número total de estabelecimento, concentração dos alunos e modernização do parque escolar. Esta política provocou, em alguns casos, uma profunda alteração dos hábitos das famílias, em especial as das áreas rurais mais remotas, passando as crianças a deslocar-se em maiores distâncias e a inserir-se em meio urbano desde idades mais juvenis.

	Educação Pré-Escolar			Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
	2011	2012	2014	2011	2012	2014	2011	2012	2014	2011	2012	2014
Boticas	6	3	2	3	1	3	1	3	0	0	0	0
Chaves	36	36	18	33	4	22	4	33	3	2	2	1
Montalegre	5	5	3	9	3	8	3	9	2	0	0	0
Valpaços	13	12	6	13	2	8	1	12	1	0	0	0
Vila Pouca de Aguiar	15	11	9	7	1	7	1	7	1	0	0	0
Total Alto Tâmega	75	67	38	65	11	48	10	64	7	2	2	1

Estabelecimento Educativos Públicos Por Nível De Ensino¹⁷

Esta diminuição do número de pessoas a frequentar o ensino ocorre num contexto em que os níveis gerais de escolaridade são já relativamente baixos, por comparação com as médias regional e nacional. Vejam-se, na tabela da página seguinte, os dados referentes à população com mais de 15 anos, em função do nível de ensino que possuem, em 2001 e 2011. À exceção de Chaves, que se aproxima, e em alguns casos supera, a média da Região do Norte o que ressalta é a persistência, no Alto Tâmega, de um grande número de pessoas sem escolaridade.

¹⁷ Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios>

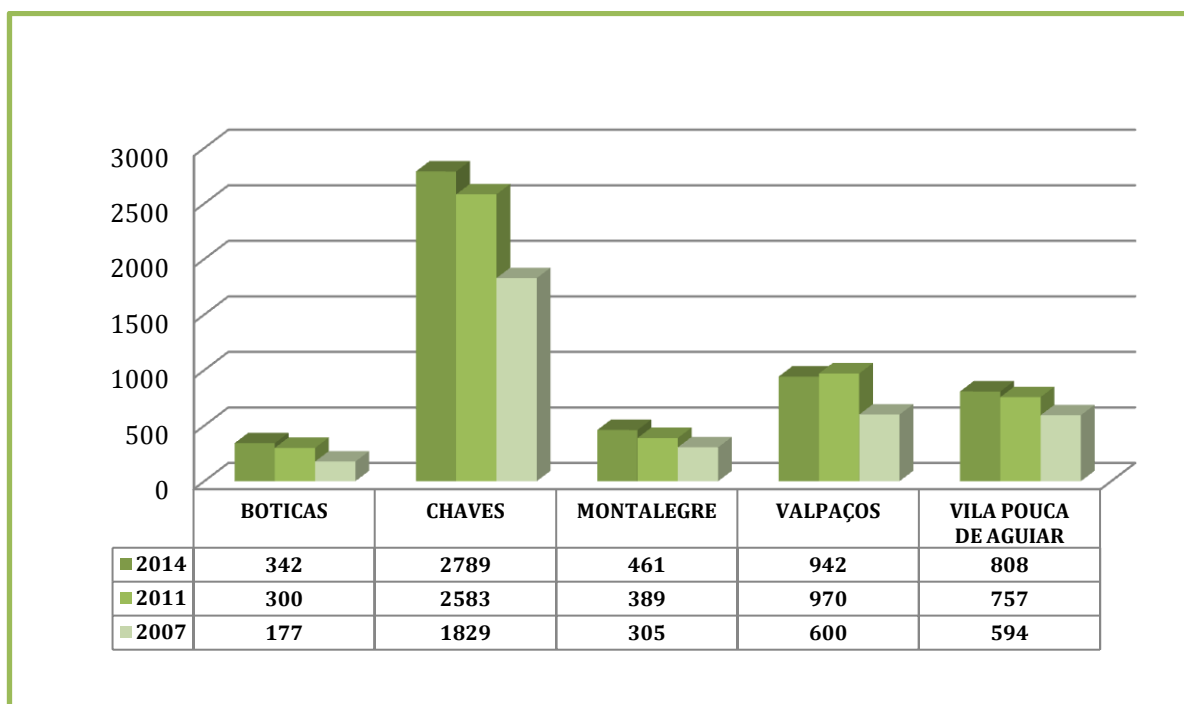
	Nível de escolaridade															
	Total		Sem escolaridade		1º ciclo EB		2º ciclo EB		3º ciclo EB		Secundário		Médio		Superior	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	100,0	100,0	17,9	10,3	30,1	27,1	13,8	12,6	16,3	19,1	13,5	15,8	0,8	1,0	7,7	14,0
Norte	100,0	100,0	17,7	10,3	32,9	29,7	16,7	14,8	14,6	18,5	11,3	14,0	0,6	0,8	6,2	12,0
Boticas	100,0	100,0	37,1	24,6	36,7	39,7	11,6	11,1	7,7	9,9	5,0	9,2	0,1	0,5	1,8	5,0
Chaves	100,0	100,0	23,8	13,5	31,6	31,9	12,1	10,9	13,8	16,3	11,5	14,7	0,7	0,6	6,5	12,0
Montalegre	100,0	100,0	35,9	23,0	32,5	37,4	12,0	11,2	10,7	11,9	6,0	10,0	0,2	0,4	2,7	6,1
Valpaços	100,0	100,0	34,2	22,9	37,6	39,9	10,7	11,2	9,3	11,6	5,7	8,8	0,3	0,4	2,3	5,2
Vila Pouca de Aguiar	100,0	100,0	29,9	17,8	35,7	38,5	14,0	11,6	10,5	14,5	6,5	10,3	0,3	0,4	3,1	7,0

Fonte PORDATA

Nível de escolaridade da população em % do total de cada unidade territorial

VII - Desemprego

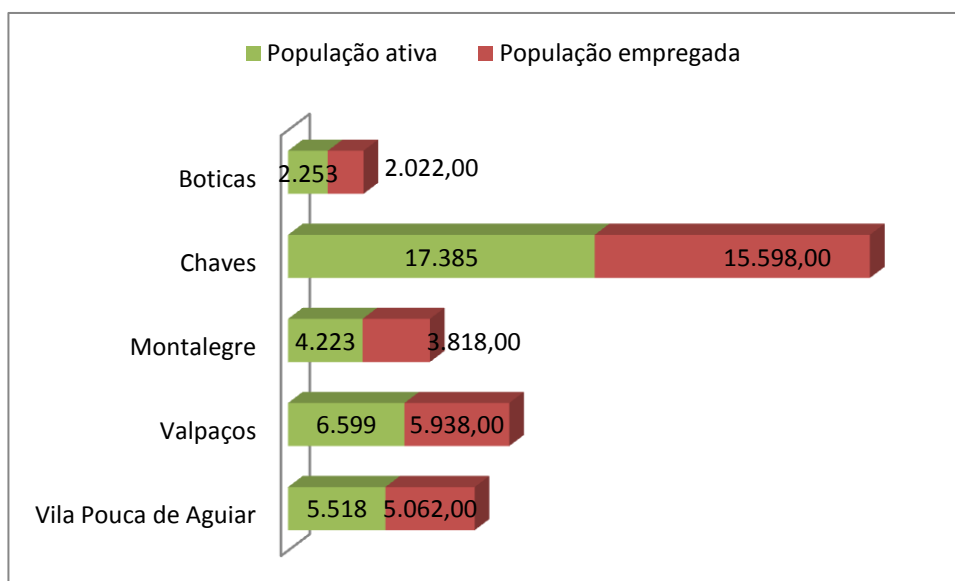
Acompanhando a evolução do país, o desemprego no Alto Tâmega tem vindo a aumentar, tal como podemos verificar no gráfico abaixo. Verifica-se que os dados de 2014 são superiores aos de 2011 (período correspondente aos censos) e de 2007 (período correspondente ao início do quadro comunitário de apoio 2007-2013).



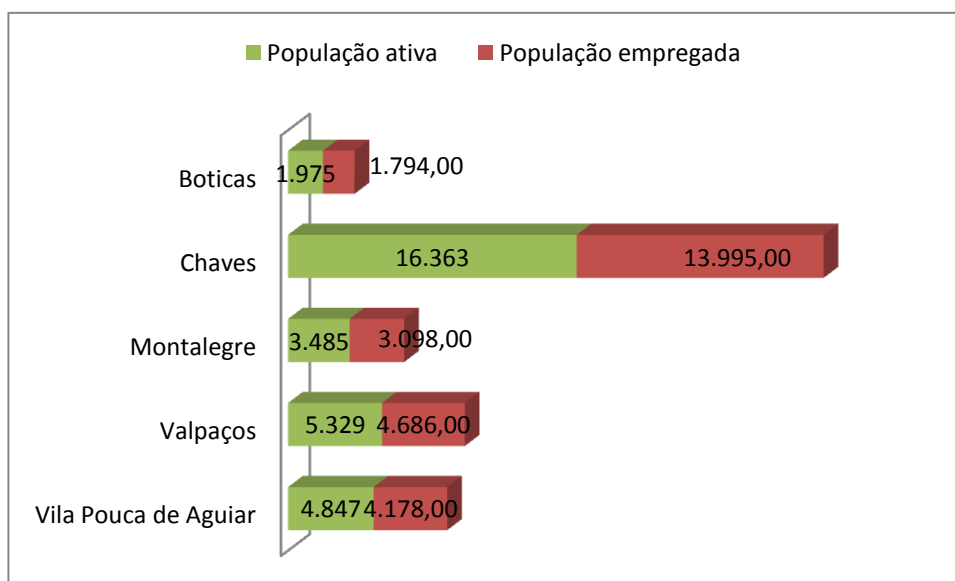
Desemprego Na Região Do Alto Tâmega¹⁸ (Inscritos No Centro De Emprego)

Este aumento do desemprego não é mais marcado porque o fenómeno da emigração tem retirado um número significativo de pessoas ativas do Alto Tâmega. Veja-se que, entre 2001 e 2011, se registou uma diminuição, quer da população ativa, quer da população empregada – uma perda de 3.540 ativos e de 4.248 empregados em todo o Alto Tâmega.

¹⁸ Fonte: IEFP



População Ativa Vs Empregada Do Alto Tâmega 2001¹⁹



População Ativa Vs Empregada Do Alto Tâmega 2011²⁰

¹⁹ Fonte: IEFP

²⁰ Fonte: IEFP

O desemprego no Alto Tâmega pode ser analisado em função de alguns parâmetros. Vamos fazê-lo a partir dos dados do Centro de Emprego de janeiro de 2014, em que o total de inscritos era de 5342 desempregados.

O grupo etário mais afetado é dos 35-54 anos, com 2.374 inscritos, seguido do grupo etário 25-34 com 1.140 inscritos.

Do total de desempregados, mais de metade (2.798) são mulheres e quase metade (2.544) já se encontram inscritos no centro de emprego há mais de 1 ano. A maioria (4.414) são pessoas que procuram um novo emprego, e apenas 928 procuram o 1.º emprego.

1.271 dos inscritos têm como habilitações literárias o ensino secundário. Se compararmos estes dados de 2014 com igual período de 2007, houve um aumento para mais do dobro: em 2007 havia apenas 577 inscritos com este nível de ensino completo

Desemprego registado por concelho e tempo de inscrição janeiro 2014

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	H	M	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Boticas	167	175	156	186	55	287	342
Chaves	1323	1466	1630	1159	458	2331	2789
Montalegre	221	240	275	186	89	372	461
Valpaços	440	502	431	511	165	777	942
Vila Pouca de Aguiar	393	415	442	366	161	647	808
Alto Tâmega	2544	2798	2934	2408	928	4414	5342

Desemprego Registado Por Concelho E Tempo De Inscrição²¹

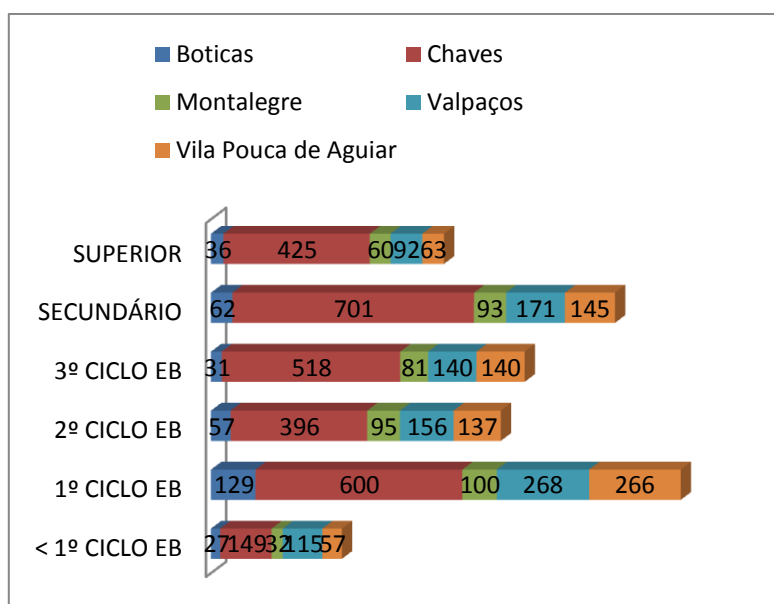
²¹ ²¹ Fonte: IEFP

Desemprego registado por concelho e tempo de inscrição Janeiro 2007

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	H	M	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Boticas	69	108	126	51	44	133	177
Chaves	763	1066	1357	472	311	1518	1829
Montalegre	144	161	188	117	52	253	305
Valpaços	243	357	389	211	111	489	600
Vila Pouca de Aguiar	270	324	400	194	88	506	594
Alto Tâmega	1489	2016	2460	1045	606	2899	3505

Desemprego Registado Por Concelho E Tempo De Inscrição²²

Desemprego Registado por Concelho segundo os Níveis de Escolaridade (situação no fim do mês)



Desemprego Registado Por Concelho O Nível De Escolaridade 2014²³

²² Fonte: IEFP

²³ Fonte: IEFP

Síntese do diagnóstico: análise SWOT

A matriz SWOT, elaborada a partir dos elementos de caracterização apresentados nas secções anteriores, mas também em elementos sobre a dinâmica institucional que referimos noutras secções deste documento, permite identificar os principais desafios e as linhas de força de uma estratégia de intervenção que contrarie as principais vulnerabilidades (pontos fracos em domínios onde se registam ameaças), otimize as vantagens competitivas (pontos fortes em domínios de oportunidade), mobilize as capacidades de resistência (pontos fortes em domínios de ameaça) e reoriente as políticas e projetos em domínios onde as oportunidades correspondem a pontos fracos internos e, por isso, não são devidamente aproveitadas.

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
<p>Existência de recursos endógenos diversificados, que são já a principal base do investimento empresarial.</p> <p>Recursos de base e tradição para o desenvolvimento das fileiras dos recursos naturais e energéticos (água, vento).</p> <p>Produtos de qualidade diferenciada (fumeiro, pastelaria, granito, água termal).</p> <p>Intervenções de desenvolvimento bem consolidadas, que assentaram na valorização do saber-fazer (fomento de criatividade e de processo inovadores).</p> <p>Existência de boa rede rodoviária, com excelente integração no espaço regional e transfronteiriço.</p> <p>Posicionamento geográfico que reforça o carácter de importante via de entrada/saída no país.</p> <p>Riqueza e capacidade institucional (associações, cooperativas, etc.).</p> <p>Posição transfronteiriça potenciada por uma boa integração de dinâmicas de cooperação (presença de alunos espanhóis na ES Enfermagem; projeto da Eurocidade Chaves-Verín; investimento empresarial espanhol).</p> <p>Boas infraestruturas empresarias, incluindo zonas de acolhimento, incubadoras e serviços associativos e comerciais.</p> <p>Fortes e distintivos valores culturais (barro negro, feira dos santos, contrabando, etc.).</p>	<p>Nova unidade administrativa – CIM-AT e implementação de novas políticas intermunicipais, entre as quais o fomento para atração e instalação de novas empresas e de empreendedorismo.</p> <p>Espaço para uma maior participação universitária no aproveitamento dos recursos existentes (potenciando novos materiais/produtos/serviços).</p> <p>Proximidade relativa a aeroportos e portos de mar internacionais e rede ferroviária de alta velocidade espanhola.</p> <p>Nova geração de sistemas de incentivos às empresas e ao empreendedorismo.</p> <p>Aproveitamento de subprodutos empresariais (indústrias extrativas, florestais, agro-alimentares).</p> <p>Proximidade com o mercado espanhol e maior proximidade ao mercado metropolitano.</p> <p>Reforço das políticas e dinâmicas de cooperação transfronteiriça.</p> <p>Visibilidade externa dos produtos e eventos regionais, reforçada por uma política de comunicação mais proactiva e pela maior apetência dos consumidores.</p>

AMEAÇAS	PONTOS FRACOS
<p>Processo de perda de serviços públicos em diversos domínios.</p> <p>Regiões próximas com mercado de emprego – dimensão e diversidade da oferta – muito dinâmico.</p> <p>Conjuntura económica atual, desfavorecedora do investimento, com aumento da carga fiscal e pouco geradora de emprego.</p> <p>Exigências burocráticas e de organização para acesso a apoios financeiros – incentivos - pouco adequadas à dimensão e capacitação das empresas locais.</p> <p>Elevada concorrência nos mercados dos produtos em que o Alto Tâmega concorre.</p> <p>Custos de contexto – interioridade – agravados pela introdução de portagens nas AE.</p> <p>Processo de abandono de terras, que implica riscos de degradação do património natural, cultural e construído.</p>	<p>Elevada taxa de emigração.</p> <p>Envelhecimento e diminuição da população.</p> <p>Ausência de ofertas de emprego significativas.</p> <p>Baixo nível de qualificação da população.</p> <p>Dominância das microempresas pouco estruturadas.</p> <p>Fraca articulação (intermunicipal e público-privada) nas políticas de gestão das estruturas empresariais.</p> <p>Falta de inovação / valorização (transformação - produtos e subproduto).</p> <p>Falta de ID+I.</p> <p>Isolamento empresarial e fraco espírito empreendedor.</p> <p>Organização deficiente das estruturas de apoio ao investimento.</p>

Estes elementos de diagnóstico, lidos agora numa perspetiva de focagem a partir das dinâmicas de intervenção e da natureza dos apoios a mobilizar no âmbito desta iniciativa de DLBC (essencialmente, no PO Norte 2020 e no PDR 2020), permitem identificar alguns desafios centrais, que abordaremos na secção seguinte, referente à apresentação da estratégia de desenvolvimento local.

E. Proposta de estratégia

I - Enquadramento

No âmbito da aplicação das ferramentas de apoio ao desenvolvimento local no Alto Tâmega, constata-se a existência de 2 programas com uma vertente construtiva essencialmente local, sustentada nas realidades, valências e competências locais: a ITI e o DLBC.

Por decisão do quadro institucional local, representando os atores e agentes de desenvolvimento locais, consubstanciado nos acordos definidos ficou a ADRAT responsabilizada pela elaboração e implementação do DLBC dentro dos quadros legais.

II - Os desafios do mundo rural no Alto Tâmega

A região do Alto Tâmega é um território de características marcadamente rurais, na organização territorial e social, nas atividades produtivas predominantes e nas práticas culturais e tradições.

Como assinalámos no diagnóstico, este contexto de ruralidade tem especificidades onde se distinguem aspetos positivos como os seguintes:

- a. Excelência dos recursos naturais e da paisagem, associados a saberes e elementos culturais e tradicionais de grande valor e a iniciativas de grande visibilidade neles baseadas, compondo uma região agrícola e rural com grande potencial de reconhecimento no exterior.
- b. Contexto institucional e político favorável ao desenvolvimento de iniciativas de base local com enquadramento em políticas mais alargadas no território, destacando-se as competências complementares da malha institucional e os processos já muito aprofundados de cooperação intermunicipal e intersectorial.

No entanto, como acontece em geral nas regiões rurais portuguesas, podem identificar-se elementos regressivos e de degradação das condições de vida, como os seguintes:

- c. Abandono populacional e envelhecimento demográfico, resultante dos efeitos combinados de fenómenos migratórios e da quebra acentuada da natalidade.
- d. Dinâmica empresarial, e económica em geral, muito incipiente, com lacunas ao nível das políticas de gestão de unidades empresariais e de atração e acolhimento de novas iniciativas, agravadas pela inexistência de redes de trabalho.
- e. Debilidade de ID+I e de processos de valorização e transformação dos produtos e subprodutos, com fraca visibilidade externa dos ativos da região e ausência de *clusterização*.
- f. Risco de degradação do património, associado à falta de consolidação de uma oferta turística desenvolvida com base nos recursos endógenos.
- g. Ausência de uma estratégia de promoção estruturada da região do Alto Tâmega como um todo.

Este contexto coloca alguns desafios à abordagem ao desenvolvimento local, que podemos sintetizar da seguinte forma:



O desafio da persistência e continuidade na intervenção

O Alto Tâmega não é uma realidade territorial que surge agora, tendo sido palco de uma intervenção continuada e concertada das autoridades, instituições e empresas a diversos níveis. Em particular, a história da própria ADRAT é uma história de persistência ao nível do desenvolvimento rural, através de uma abordagem integrada e participativa, de raiz local e sentido *bottom-up*, a que muitas vezes se chama abordagem LEADER.

No último período de programação dos fundos estruturais europeus, a ADRAT promoveu intervenções assentes nessa abordagem, mas também a implementação de uma iniciativa PROVERE, de valorização de recursos endógenos – que se articulou com a ação dos municípios e Comunidade Intermunicipal ao nível da qualificação do território e dos serviços de proximidade às populações.

Pode e deve melhorar-se a forma como se intervém (e o referido PROVERE foi, a esse nível, muito elucidativo), pode inovar-se ao nível dos instrumentos e deve acompanhar-se a evolução do contexto. Mas deve ter-se sempre presente que só a persistência e uma continuidade inteligente dos processos pode conduzir a resultados.

Este desafio orienta a proposta de estratégia para um modelo em que não se introduzem ruturas na forma de trabalhar – valorizando precisamente o capital de conhecimento acumulado – mas também não se ignoram as especificidades que os novos instrumentos financeiros (PDR e PO Regional, através do apoio ao DLBC) introduzem, visando a otimização da sua aplicação.

O desafio da competitividade: inovação e empreendedorismo

O estímulo introduzido, no passado, pelos instrumentos de política pública ao nível das dinâmicas do setor produtivo não foram suficientes para que estas se tornassem autossuficientes e geradoras de rendimento, especialmente em determinados setores de atividade, do território e das populações. A fileira da agricultura e agroindústria, bem como da comercialização de produtos destes setores, é um exemplo, não tendo acompanhado o registo mais positivo que o turismo, por exemplo, apresentou. O comércio, tanto urbano como rural, apresenta sinais de decadência, afetando também muitas famílias ao nível do rendimento. A indústria transformadora – exceto de alguns produtos específicos, como os recursos minerais ou florestais – é um setor incipiente. É certo que há eventos de grande visibilidade no exterior, mas a sua realização é pontual, e os efeitos na geração de emprego ou de negócios sustentáveis é limitado

Neste âmbito, talvez uma das principais fragilidades esteja relacionada com a incipiência de iniciativas de natureza empresarial, sobretudo nos meios rurais – por falta de ideias inovadoras, de gente empreendedora, de qualificações, de organização e cooperação.

Este é um dos grandes desafios – talvez o mais central – para esta EDL: valorizar os recursos e os produtos endógenos deste território através do estímulo a iniciativas inovadoras e do apoio ao empreendedorismo, única forma realmente sustentável de promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

O desafio da inversão de dinâmicas regressivas

É desnecessário enfatizar os graves problemas de sustentabilidade social que já assinalámos, os quais afetam de forma quase generalizada todas as áreas do território – das mais remotas às concentrações urbanas mais centrais, como é o caso da cidade de Chaves.

Para lhes responder, tem sido privilegiada uma intervenção de natureza pública na disponibilização de infraestruturas e serviços de natureza económica e social, mas este tipo de política não conseguiu inverter as tendências, por duas ordens de razão:

- (a) É centrada na oferta de estruturas e serviços a partir de uma leitura territorial desfasada da realidade, que não avalia da forma devida a sustentabilidade das soluções – aspeto que a crise financeira do Estado português veio agravar. Prestar serviços públicos nem sempre significa – e de cada vez menos – construir edifícios e distribuir profissionais, mas sim combinar os modelos tradicionais com a prestação à distância, utilizando as novas TIC, a adoção de soluções de natureza ambulatoria e a introdução de soluções eficientes de apoio à mobilidade de populações em áreas de baixa densidade.
- (b) A qualidade dos serviços públicos não chega para induzir dinâmicas sociais ou económicas, nem o emprego público, ou equivalente, gera riqueza e estímulo suficiente para todos, especialmente para as camadas jovens com maiores índices de qualificação escolar e técnica do que as gerações anteriores. Dessa forma, os fenómenos da emigração (que é seletiva, atingindo os escalões mais jovens), da perda de competências humanas e do envelhecimento demográfico acumulam efeitos.

Também este desafio recomenda uma centragem da estratégia de DLBC centrada no estímulo à inovação e ao empreendedorismo e à multiplicação de iniciativas geradoras de emprego. E também, naturalmente, a novas políticas públicas municipais e intermunicipais ao nível da reformulação de todo o sistema de prestação de serviços de proximidade e a uma postura institucional que reforce os mecanismos de cooperação entre agentes públicos e privados, designadamente os de natureza associativa.

III - Objetivos e focalização

O Alto Tâmega é uma região diversa e multifuncional, em que as atividades e as vivências do mundo rural são complementares de uma rede urbana formada por centros prestadores de serviços de média e pequena dimensão. Uma visão para esta região deve, por isso, valorizar a diversidade, dar continuidade a uma linha de intervenção de base local e focar-se nos principais fatores distintivos: os seus recursos endógenos.

Os trabalhos de auscultação e de concertação com os agentes regionais, representantes dos diversos “detentores de interesses” e das comunidades locais de todo o Alto Tâmega, permitiram consagrar um objetivo central para este processo de DLBC, partilhado por todos. A EDL a implementar deverá aprofundar o processo de **afirmação do Alto Tâmega como uma região viável, sustentada e com identidade própria, a partir da valorização dos seus recursos endógenos.**

Em termos mais específicos, os objetivos para a EDL do Alto Tâmega são os seguintes:

- **Inverter a trajetória de perda e combater os problemas estruturais do meio rural**, como a elevada taxa de emigração, o envelhecimento e diminuição da população, a escassa oferta de emprego e, em geral, a falta de perspetivas de futuro para os mais jovens e qualificados.
- **Valorizar os recursos e os produtos do território**, melhorando as condições para a sua transformação, comercialização e distribuição e estimulando a inovação e o empreendedorismo em meio rural.
- **Criar uma imagem de marca devidamente estruturada para o Alto Tâmega**, contribuindo para a sua atratividade e competitividade e promovendo uma região com um modelo de desenvolvimento viável, sustentado e com identidade própria.
- **Complementar, com intervenções específicas no âmbito do desenvolvimento rural e local, as estratégias desenvolvidas noutros quadros territoriais**, do municipal ao europeu, incluindo as intervenções em contexto urbano que se articulem com a valorização do mundo rural.
- **Aumentar a eficiência na governação na região**, capacitando as diversas organizações implicadas e aprofundando os mecanismos e as práticas de trabalho em rede e de relação com as comunidades locais.
- **Aumentar os níveis de empregabilidade e de qualificação** das populações do meio rural.

Estes objetivos respondem, de forma integrada, aos três desafios que enunciámos (persistência e continuidade; competitividade, inovação e empreendedorismo; inversão de dinâmicas regressivas), desde que sejam devidamente incorporados nos elementos operacionais da estratégia – isto é, na programação global e em cada uma das operações a desenvolver.

De uma forma sintética, isso significa que se deve manter uma focagem para a EDL rural no Alto Tâmega que valorize as dimensões estratégicas, não disperse recursos e se adapte aos instrumentos financeiros de apoio às políticas públicas (essencialmente, o FEADER, canalizado através do PDR, e o FSE e FEDER, através do PO Regional Norte 2020). São, assim, adotadas três linhas de trabalho para enquadrar as operações a desenvolver, garantindo a coerência global da intervenção:

1. Promover uma região sustentável e com identidade própria

Esta é a linha relacionada com a valorização dos recursos e dos produtos deste território, visando essencialmente a dinamização económica e o estímulo à atividade empresarial na produção,

transformação e comercialização, bem como à promoção (para o interior e para o exterior) dos valores materiais e imateriais do Alto Tâmega.

2. Aumentar a empregabilidade qualificada e inovadora

Esta linha enquadra a valorização das pessoas, que são em simultâneo recursos (que se querem qualificados e competitivos) e agentes de transformação (que se querem responsáveis) do território, mas são também os destinatários (que se querem incluídos e participativos) das intervenções aos mais variados níveis.

3. Melhorar a eficiência da governação regional

Neste caso, trata-se de estimular as organizações públicas e privadas da região a articular intervenções, partilhar recursos e melhorar o seu desempenho individual e coletivo. Esta linha de focagem estratégica contempla uma dimensão mais transversal, que permitirá maiores condições de sucesso a todas as operações que serão desenvolvidas no âmbito desta EDL e noutros instrumentos de política pública ou nas iniciativas da sociedade.

Tendo em conta a diversidade de instrumentos financeiros, os objetivos específicos e as tipologias de projetos que cada um abrange, estas linhas serão concretizadas através de quatro eixos de intervenção, que abordaremos na secção seguinte:

- *Eixo 1: Promoção do conhecimento e inovação*
- *Eixo 2: Gestão sustentável dos ativos do território*
- *Eixo 3: Dinamização socioeconómica do território*
- *Eixo 4: Cooperação institucional e trabalho em rede*

O esquema da página seguinte apresenta esta cadeia orientadora da EDL que será preparada e implementada pelo GAL do Alto Tâmega que a ADRAT constitui.

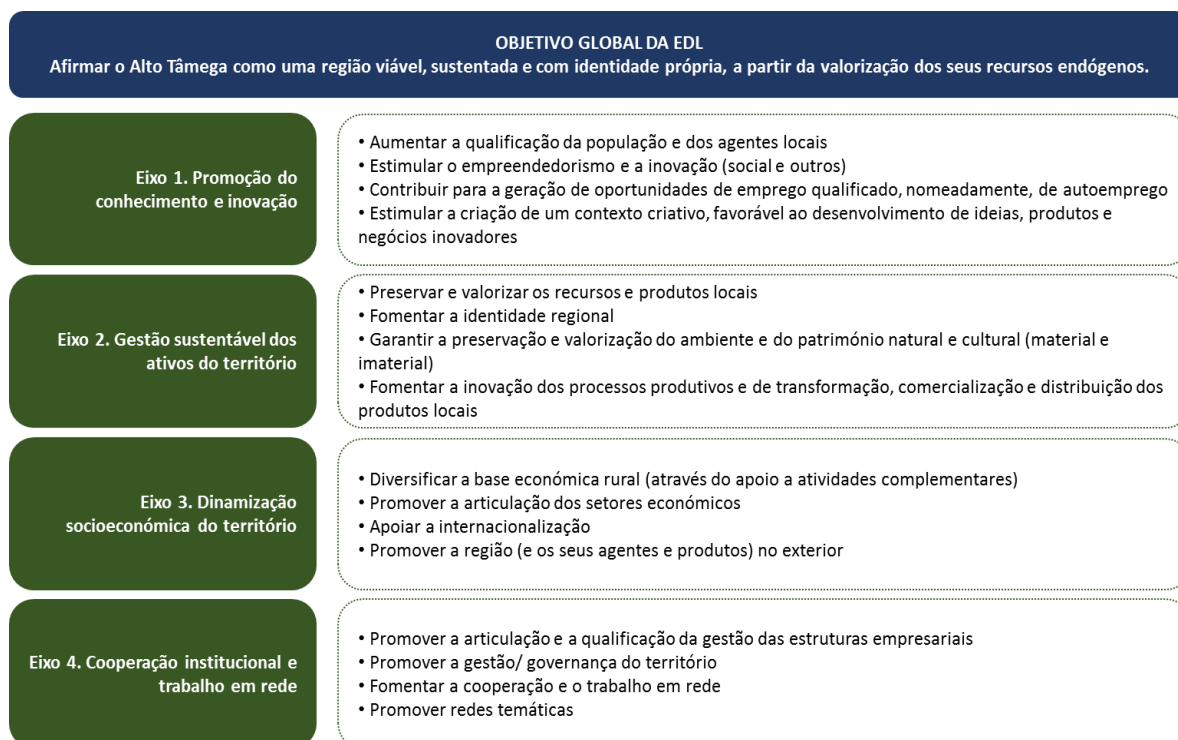


IV - As principais áreas de intervenção

A diversidade de problemas e desafios, bem como o conjunto de oportunidades que se apresentam para o futuro, recomendam a utilização de ferramentas (tipologias de operações, modelos institucionais e organizativos, fontes de financiamento, etc.) também elas diversificadas. Ora, como é sabido, as políticas públicas em Portugal não contêm em si próprias os mecanismos conceptuais e operacionais que garantam que esta diversidade é enquadrada por elementos de coerência (externa) das respetivas intervenções. Terá de ser a abordagem *bottom up*, a partir do território e dos seus agentes detentores de interesses, que emerge esta coerência – e a abordagem LEADER, que esta estratégia de DLBC rural incorpora, é uma forma que se afigura eficaz de a conseguir.

Nesta secção abordaremos as principais áreas de intervenção propostas para a EDL, organizadas nos quatro eixos de intervenção que já referimos, tratando, na secção seguinte, demonstrar a sua coerência com as orientações e com outros instrumentos relevantes de política pública.

A figura seguinte sintetiza os elementos principais desta EDL: tendo como foco um objetivo de natureza global, os quatro eixos de intervenção serão concretizados através de projetos e atividades que visam cumprir determinados objetivos de natureza operativa.



De uma forma mais detalhada, cada um destes eixos será operacionalizado através de medidas como as que se descrevem na tabela seguinte. Como concretizaremos mais adiante, esta organização da estratégia procura otimizar o *matching* entre os desafios, a visão e os recursos do Alto Tâmega com os instrumentos de política pública – ou seja, é necessário garantir que a coerência estratégica se mantém, mas ter presente que a gestão operacional (tipologias de projetos, modelos de apoio financeiro, calendários de candidatura e execução, circuitos de decisão e processamento, etc.) tenderão a ser fragmentados e a dificultar a intervenção integrada. No período de programação 2014-2020 este risco é acrescido, por convergirem no território e na EDL instrumentos financeiros distintos, tanto em termos de FEE (FEDER, FSE e FEADER) como de Programas Operacionais (PDR, PO Regional Norte e, eventualmente, PO Temáticos e da Cooperação Territorial).

Eixo de intervenção	Objetivos	Medidas
1. Promoção do Conhecimento e da Inovação	<p>Aumentar a qualificação da população e dos agentes locais.</p> <p>Estimular o empreendedorismo e a inovação (social e económico).</p> <p>Contribuir para a geração de oportunidades de emprego qualificado, nomeadamente, de autoemprego.</p> <p>Estimular a criação de um contexto criativo, favorável ao desenvolvimento de ideias, produtos e negócios inovadores.</p>	<p>Espírito inovador e criativo na esfera social do Alto Tâmega.</p> <p>Aumento de competências.</p> <p>Inovação do tecido económico local.</p>
2. Gestão Sustentável dos Ativos do Território	<p>Preservar e valorizar os produtos locais.</p> <p>Fomentar a identidade regional.</p> <p>Garantir a preservação e valorização do ambiente e do património natural e cultural (material e imaterial).</p> <p>Fomentar a inovação dos processos produtivos e de transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais.</p>	<p>Planos de Aldeia.</p> <p>Diversificação de atividades na exploração local.</p>
3. Dinamização Socioeconómica do Território	<p>Diversificar a base económica rural (através do apoio a atividades complementares).</p> <p>Promover a articulação dos setores económicos.</p> <p>Apoiar a internacionalização.</p> <p>Promover a região (e os seus agentes e produtos) no exterior.</p>	<p>Incentivos ao setor empresarial/agrícola.</p> <p>Circuitos agroalimentares e mercados locais.</p> <p>Produtos locais de qualidade.</p>
4. Cooperação Institucional e Trabalho em Rede	<p>Promover a articulação e a qualificação da gestão das estruturas empresariais.</p> <p>Promover a gestão/ governança do território.</p> <p>Fomentar a cooperação e o trabalho em rede.</p> <p>Promover redes temáticas.</p>	<p>Cooperação dos GAL.</p> <p>Ações de animação territorial e capacitação institucional.</p> <p>Funcionamento e assistência técnica.</p>

Veja-se, na tabela seguinte, uma primeira aproximação às tipologias de projeto que concretizarão a EDL. Ela resulta do trabalho coletivo já desenvolvido entre a ADRAT e os seus parceiros regionais, a partir dos elementos de diagnóstico e da proposta de arquitetura para a EDL do Alto Tâmega e das orientações dos referidos instrumentos de financiamento. Naturalmente, esta proposta carece ainda de aprofundamento e trabalho de validação, que é precisamente o objeto da segunda fase de preparação da EDL previsto no aviso para apresentação de candidaturas, após esta fase de pré-qualificação da parceria.

Eixo de intervenção	Medidas	Tipologias de operações	Financiamento
1. Promoção do Conhecimento e da Inovação	Espírito inovador e criativo na esfera social do Alto Tâmega.	Apoio ao investimento em novos produtos por entidades de economia social	FSE – PO Norte 2020
		Apoio à qualificação de entidades da economia social	FSE – PO Norte 2020
		Apoio ao Associativismo	FSE – PO Norte 2020
		Apoio a viveiros e incubadoras locais	FEDER – PO Norte 2020
		Apoio a CPE inovador / criativo	FSE e FEDER – PO Norte 2020
	Aumento de competências.	Formação modular certificada (Cheque formação; Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais; Vida ativa)	FSE - POISE
		Qualificação/Educação (Vida ativa; Programa Retomar; Progr.de Reconversão Profissional – AGIR)	FSE - POISE
		Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA);	FSE - POCH
		Cursos de Aprendizagem Dual;	FSE - POCH
		Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).	FSE - POCH
	Inovação do tecido económico local.	Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoios a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoios diretos à internacionalização das PME	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoios a redes e ações coletivas	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoios à qualificação das PME	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoios a redes e ações coletivas	FEDER – POCI Compete 2020
		Apoio ao investimento de novos produtos e práticas agrícolas	FEADER – PDR
Apoio à transformação, comercialização e valorização de produtos locais		FEADER – PDR	

Eixo de intervenção	Medidas	Tipologias de operações	Financiamento
2. Gestão Sustentável dos Ativos do Território	Planos de Aldeia.	Apoio à qualificação e dinamização de aldeias emblemáticas e de centros rurais	FEDER – PO Norte 2020
		Elaboração de planos de intervenção	FEADER – PDR
		Execução de planos de intervenção	FEADER – PDR
		Apoio a serviços básicos de proximidade (apoio a investimentos em TIC, energias renováveis, ambiente, recreio, informação turística e turismo em pequena escala)	FEADER – PDR FEDER – PO Norte 2020
		Apoio ao investimento em entidades da economia cultural, social e recreativa	FEADER – PDR FEDER – PO Norte 2020
	Diversificação de atividades na exploração local.	Apoio a atividades complementares às áreas agrícola e florestal	FEADER – PDR
		Apoio a microempresas com afinidade ao setor agrícola	FEADER – PDR
		Apoio ao turismo em espaço rural organizados em rede	FEADER – PDR
		Apoio a projetos inovadores de alojamento em espaço rural	FEADER – PDR
		Apoio a projetos de animação turística	FEADER – PDR
		Apoio ao empreendedorismo não agrícola	FEDER – PO Norte 2020
		Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	FEDER – POSEUR
		Medidas para melhorar o ambiente urbano, revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	FEDER – POSEUR

Eixo de intervenção	Medidas	Tipologias de operações	Financiamento
3. Dinamização Socioeconómica do Território	Incentivos ao setor empresarial / agrícola	Apoio ao investimento a microempresas	FEADER – PDR
		Apoio ao investimento empresarial	FEADER – PDR
		Apoio à exploração agrícola	FEADER – PDR
		Apoio ao empreendedorismo agrícola	FEADER – PDR FEDER – PO Norte 2020
		Apoio à participação de trabalhadores de empresas em ações de formação que promovam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projetos de investimento (projetos integrados), enquadrados nos instrumentos financiados no âmbito do OT 1 e OT 3	FSE – POCI Compete 2020
		Apoio ao desenvolvimento de ações de formação e de capacitação dos trabalhadores das empresas para a inovação e gestão empresarial e <i>e-skills</i>	FSE – POCI Compete 2020
		Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	FSE - POISE
	Circuitos agroalimentares e mercados locais	Promoção/Dinamização de circuitos	FEADER – PDR
		Apoio à criação de postos de venda agrícola	FEADER – PDR
	Produtos locais de qualidade	Promoção de produtos locais de qualidade	FEADER – PDR
		Promoção de redes temáticas	FEADER – PDR

Eixo de intervenção	Medidas	Tipologias de operações	Financiamento
4. Cooperação Institucional e Trabalho em Rede	Cooperação dos GAL	Cooperação interterritorial (Governança dos Territórios, Combate a Pragas, Doenças e Outros Fenómenos Naturais, Inovação e Tecnologias Agrárias, Cultura e Tradições Populares, Promoção territorial, Promoção e Inovação Empresarial)	FEADER – PDR FEDER - POCTEP
		Cooperação Transnacional (Alterações climáticas, Governança dos Territórios, Combate a Pragas, Doenças e Outros Fenómenos Naturais, Inovação e Tecnologias Agrárias, Cultura e Tradições Populares, Promoção territorial, Empreendedorismo Jovem e Feminino, Promoção e Inovação Empresarial)	FEADER – PDR FEDER - POCTEP
	Animação territorial e capacitação institucional.	Animação territorial e capacitação institucional	FEADER – PDR FEDER – PO Norte 2020
	Funcionamento e assistência técnica.	Criação do portal	FEADER – PDR
		Concurso de ideias para o desenvolvimento da região	FEADER – PDR
		Funcionamento e assistência técnica	FEADER – PDR
		Plano de Empreendedorismo	FEADER – PDR FEDER – PO Norte 2020

V - Resultados esperados

Os resultados esperados serão baseados no cumprimento das Prioridades previstas para o DLBC no âmbito do PDR 2020, nomeadamente:

- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura, incentivando a utilização de tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização das cadeias alimentares através de sistemas de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas. Da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos e do apoio aos agrupamentos e organizações de produtores e outras organizações interprofissionais;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, facilitando a diversificação, criação e o desenvolvimento das pequenas empresas e a criação de empregos;
- Dinamização de iniciativas favoráveis à implementação de políticas de inovação e melhoria ambiental.

Para aferir os resultados mencionados, serão utilizados, a título exemplificativo os seguintes indicadores:

- N.º de projetos de I&D apoiados
- N.º de empresas apoiadas
- N.º de postos de trabalho criados nas empresas apoiadas;
- N.º de projetos de transferência e utilização de conhecimento
- Percentagem de aumento do número esperado de visitantes as sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoios;
- Percentagem de aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros;
- N.º de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- N.º de unidades industriais apoiadas pelo pequeno investimento;
- N.º de operações apoiadas para investimentos em serviços básicos locais para a população rural
- N.º de explorações agrícolas que participam na cooperação/promoção local entre os agentes da cadeia de abastecimento
- N.º de operações apoiadas para investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas
- N.º de operações para investimentos em tecnologias florestais e primeira transformação/comercialização

VI - Alinhamento da EDL com orientações estratégicas e complementaridade com outros instrumentos

Nesta secção procura demonstrar-se como a EDL rural que aqui se apresenta se inscreve nas orientações de política nacionais e europeias, bem como a sua articulação com alguns instrumentos dessa política com intervenção no território do Alto Tâmega.

A. Orientações de política

Europa 2020 e Portugal 2020

A estratégia Europa 2020 (e a sua equivalente para Portugal) visa criar um **crescimento inteligente**, mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação, **sustentável**, dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono, e **inclusivo**, prestando especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza.

Pode considerar-se que este processo de DLBC rural no Alto Tâmega contribui para todos estes eixos do crescimento:

Europa 2020	Medidas da EDL rural Alto Tâmega
Crescimento inteligente	Espírito inovador e criativo na esfera social do Alto Tâmega. Aumento de competências Inovação do tecido económico local. Incentivos ao setor empresarial / agrícola.
Crescimento sustentável	Diversificação de atividades na exploração local. Incentivos ao setor empresarial / agrícola. Produtos locais de qualidade.
Crescimento inclusivo	Espírito inovador e criativo na esfera social do Alto Tâmega. Aumento de competências. Planos de Aldeia. Incentivos ao setor empresarial / agrícola. Circuitos agroalimentares e mercados locais. Produtos locais de qualidade. Animação territorial e capacitação institucional

Do ponto de vista dos objetivos e metas, espera-se um contributo para:

- Geração de emprego (objetivo relevante do ponto de vista interno à região; no entanto, o contributo do Alto Tâmega é proporcional ao seu peso demográfico no quadro nacional, pelo que se pode considerar bastante moderado.

- Alterações climáticas e sustentabilidade energética (neste caso, o contributo do Alto Tâmega pode ser significativo no contexto nacional, quer pela diminuição de emissões – resultante da modernização energética e ambiental das explorações agrícolas – quer pelo aumento da capacidade de captação/eliminação de GEE, resultante da qualificação da extensa área florestada).
- Luta contra a pobreza e a exclusão social (o problema da pobreza agravou-se substancialmente em Portugal nos anos mais recentes; embora a dimensão populacional do Alto Tâmega seja moderada e o fenómeno da pobreza rural não seja, normalmente, apontado como o mais crítico, espera-se que a EDL contribua para as metas nacionais).

Estratégia de desenvolvimento rural

A estratégia de desenvolvimento rural, orientada pelos programas de desenvolvimento rural comunitário e nacional, sendo esta estratégia o contributo local para alcançar os objetivos determinados nesses documentos.

B. Instrumentos com incidência no Alto Tâmega

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega (CIM Alto Tâmega)

Esta EIDT está, atualmente, em fase de aprovação, e foi desenvolvida através de um processo participativo, no qual a ADRAT participou muito ativamente, animando a sua rede de associados e parceiros.

A EIDT Alto Tâmega contempla um conjunto de Eixos Estratégicos para cujos objetivos se pode considerar que a EDL rural é um instrumento de concretização privilegiado. Referimo-nos aos seguintes:

Eixo Estratégico 1 - Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente, que tem os seguintes objetivos:

- Valorizar os produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação.
- Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de foleiras e de reforço das relações de *cluster*.
- Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais.

No quadro deste EE, a EIDT propõe privilegiar a intervenção nas áreas do agroflorestal (considerando a agricultura, a floresta a pecuária e as agroindústrias), da energia, da indústria extrativa e rocha ornamental e do turismo (nomeadamente o turismo de saúde e bem estar, mas não só), como possíveis áreas de especialização.

Eixo Estratégico 2 - Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

Este EE tem os seguintes objetivos relevantes para enquadramento da EDL rural:

- Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo.
- Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor.

Trata-se, como se vê, de um EE relacionado com duas das ambições centrais da EDL rural: a criação de uma imagem de marca distintiva para o Alto Tâmega e a valorização dos recursos naturais endógenos.

Eixo Estratégico 3- Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

Através deste EE pretende desenvolver-se o trabalho em rede para contrariar os fenómenos de exclusão social que caracterizam o Alto Tâmega - em especial os idosos, diferentes categorias de desempregados (de longa duração, jovens, pouco qualificados, acima dos 50 anos, etc.), jovens (que não estudam nem trabalham, licenciados desempregados, em risco de abandono escolar, etc.) e diferentes tipologias de famílias (monoparentais, casais jovens e famílias com filhos pequenos). Contempla os seguintes objetivos:

- Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas.
- Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede.
- Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado.

A intervenção de DLBC rural, como vimos, será fortemente contributiva para estes objetivos.

Eixo Estratégico 4 - Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

Há, neste EE de matriz essencialmente institucional, um objetivo que se cruza de forma direta com a EDL rural (no seu Eixo 4 – Cooperação institucional e trabalho em rede), que é o seguinte:

- Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva.

Note-se que, tal como a EDL rural, também aqui se regista um duplo ênfase, na cooperação interna à região e na cooperação com entidades e territórios externos, designadamente no espaço Alto Tâmega-Galiza.

Eixo Estratégico 5 - Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

Este EE está orientado para a estruturação de uma rede de centros urbanos estruturadores do território e prestadores de serviços – não apenas Chaves, considerado estruturante do sistema urbano do nordeste português e espaço charneira com a Galiza, mas também as restantes sedes de município, encarados como elementos de interface privilegiados entre o espaço urbano e o território rural. O seguinte objetivo é aqui especialmente pertinente:

- Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território.

Isso porque, “assumido o território como o principal fator de diferenciação e de afirmação regional e atendendo à prioridade atribuída a setores com uma forte relação com o território, como o turismo, a agricultura, ou a energia, importará ter em consideração de forma transversal a melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada, sendo de destacar neste caso a importância da qualificação dos núcleos rurais”. Este é, como se vê, um aspeto que justifica a importância da promoção dos Planos de Aldeia, no âmbito do Eixo 2 desta EDL rural.

Plano de Ação para o Empreendedorismo no Alto Tâmega

Este Plano de Ação é um importante referencial para a implementação da EDL rural, já que esta aposta no empreendedorismo como um instrumento essencial (nos seus Eixos 1 e 3). O PAE-AT define como seu objetivo geral o fomento do espírito empresarial e empreendedor, apoiando-se numa atuação integrada e estruturada – potenciando a utilização articulada de recursos, a criação de uma rede colaborativa e a dinamização de sinergias empreendedoras na região. Tal modelo é perfeitamente reconhecível também na forma como a ADRAT (e a parceria), que propõe a presente estratégia de DLBC, se organiza e encara os desafios, podendo assumir-se que a EDL é um instrumento específico de concretização deste Plano.

O PAE-AT tem como objetivos:

1. Criar uma cultura de empreendedorismo que valoriza a criatividade dos cidadãos e empresas da Região.
2. Coordenar os serviços de apoio ao empreendedor numa rede regional, garantindo a sua qualidade e eficácia.

Em termos mais operativos, o PAE-AT integra as seguintes linhas de ação relevantes para a EDL rural no Alto Tâmega:

- Eixo1. Promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional

Tem como objetivo promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional, sustentada pelo trabalho em rede das entidades que prestam apoio ao empreendedor em todo o território regional, através da realização de ações de sensibilização (meta: 12 ações) e promoção (meta: 12 ações). Incide sobre distintas vertentes do empreendedorismo: jovem, feminino, tecnológico, rural/agrícola, criativo/cultural e social.

- Eixo 2. Apoio à criação de empresas

Tem como objetivo a facilitação do acesso a instrumentos de apoio à criação de empresas de forma a estimular os empreendedores a criar empresas na região. Prevê a realização de ações de formação e informação (meta: 46), a criação de um *hub* de empreendedorismo social, o empreendedorismo nas escolas, consultoria individualizada a empreendedores e empresas (meta: 100 ações) e a facilitação do acesso a mecanismos de financiamento (microcrédito, sistemas de incentivos).

- Eixo 3. Promoção de uma lógica de proximidade

Apostando na promoção de uma lógica de proximidade e contacto direto com o empreendedor, este Eixo integra a criação/adaptação de gabinetes locais de apoio ao empreendedor e a criação de condições para o acolhimento de empreendedores (meta: 6 gabinetes).

- Eixo 4. Apoiar o desenvolvimento de redes territoriais fortes

A prioridade será a criação de Rede de Empreendedorismo e Inovação do Alto Tâmega, nesta fase através da criação de uma base de dados regional e de uma plataforma colaborativa on-line (visando empreendedores e agentes locais), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de redes territoriais fortes e informais entre entidades locais e regionais que possam apoiar na construção de uma rede efetiva de apoio ao empreendedor.

- Eixo 5. Integração e disponibilização de serviços em rede

Este eixo destina-se a dinamizar a Rede de Empreendedorismo e Inovação do Alto Tâmega, através da partilha de informação e recursos na plataforma colaborativa.

- Eixo 6. Apoiar o mapeamento das condições atuais e potenciais de apoio ao empreendedorismo

Tem como prioridade a Gestão de Espaços de Acolhimento de empreendedores, através da criação de um sistema de racionalização / otimização de (6) espaços já existentes;

VII - Relação com o DLBC urbano em Chaves

A ADRAT, no quadro de uma parceria alargada, que irá liderar, propõe-se igualmente desenvolver uma EDL urbana para a cidade de Chaves, que é o principal núcleo urbano estruturante do território do Alto Tâmega. A candidatura para pré-qualificação de um GAL, que integra as principais organizações com atividade e missão no âmbito da inovação e inclusão social, será também apresentada no âmbito deste aviso.

A estratégia de DLBC urbano em Chaves será focada nos seguintes objetivos:

- Responder de forma ativa e ajustada ao processo de perda demográfica, melhorando a qualidade de vida e as expectativas de futuro de alguns segmentos da população específicos, como os idosos e os jovens.
- Estimular a coesão territorial urbano-rural, fazendo da cidade um espaço de oportunidades geradoras de emprego relacionadas com a promoção de recursos, valores e produtos do território.
- Valorizar o papel das instituições, das empresas e dos empreendedores na resposta aos problemas de exclusão social.

A intervenção proposta mobilizará dois tipos de instrumentos (com financiamento do FEDER e FSE veiculados através, essencialmente, do PO Regional Norte 2020):

- Apoio direto e indireto (através das instituições parceiras, nas suas distintas áreas de intervenção) à criação de emprego e ao empreendedorismo de natureza social ou económica.
- Promoção de projetos inovadores de intervenção e resposta a problemas específicos da comunidade, envolvendo indivíduos, famílias, escolas e instituições.

Estes dois processos de DLBC, rural e urbano, são complementares, numa dupla perspetiva:

- A EDL para Chaves centra-se no território da cidade e tem como foco as comunidades urbanas com problemas específicos de inclusão social (envelhecimento e isolamento, abandono e insucesso escolar, desemprego, etc.). No entanto, estas comunidades são, em muitos casos, o prolongamento das comunidades rurais – laços familiares, circuitos de comercialização, mobilidade pendular casa-trabalho-escola, etc. -, até porque Chaves, para além de centro administrativo e prestador de serviços, é uma cidade fortemente marcada pelas atividades mais emblemáticas no Alto Tâmega, como por exemplo as do domínio agroflorestal, das águas minerais e medicinais ou do comércio. Dessa forma, uma intervenção de revitalização social das comunidades urbanas é também um contributo para

um padrão inclusivo que se estende a todo o território. Acresce que os instrumentos em que essa EDL urbana se apoiará (fomento do empreendedorismo, apoio à inovação social) são geradores de iniciativas que podem vir a servir também os territórios rurais, tanto os de proximidade da cidade como os mais remotos, quanto mais não seja porque se espera que deles resulte a criação de pequenas estruturas que encarem todo o Alto Tâmega como o mercado natural da sua atividade.

- Um dos objetivos da EDL urbana (estimular a coesão territorial urbano-rural, fazendo da cidade um espaço de oportunidades geradoras de emprego relacionadas com a promoção de recursos, valores e produtos do território) é, claramente, uma aposta no combate à pobreza e ao desemprego que valoriza a complementaridade entre o meio rural de toda a região (onde encontramos os recursos e geramos os produtos) e a vocação da cidade enquanto principal porta para o exterior – mostra, comercialização. O mundo rural gera oportunidades para os empreendedores urbanos, e através destes incrementa-se a visibilidade e a projeção da economia rural.

F. Processo De Envolvimento Com As Comunidades Locais

I - Enquadramento

Esta secção procura demonstrar a natureza participativa de todo o processo de preparação da intervenção de DLBC no Alto Tâmega, incidindo sobre as suas **três grandes fases**, das quais a primeira tem uma natureza retrospectiva e as seguintes se podem considerar prospetivas, já que se situam no futuro a curto e médio prazo.

A primeira fase corresponde aos trabalhos preparatórios que culminam na presente candidatura, apresentando-se aqui sobretudo matéria que descreve o conjunto de eventos e de processos de discussão e concertação que conduziram à delimitação da área de intervenção, à realização do diagnóstico e à definição do modelo organizativo proposto e das linhas macro da estratégia – essencialmente, o conteúdo desta fase de pré-qualificação da parceria protagonizada pela ADRAT e seus associados. Esta fase foi de grande abertura – não só às entidades parceiras, mas também ao quadro geral de agentes do Alto Tâmega, desde logo porque se tratou, assumidamente, de abordar o DLBC como uma componente do processo global de desenvolvimento territorial integrado na Região. Ou seja, os trabalhos que conduziram a estas linhas de estratégia e opções de modelo de intervenção foram comuns aos da construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alto Tâmega liderados pela respetiva Comunidade Intermunicipal.

A segunda fase diz respeito à preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e ao reconhecimento do Grupo de Ação Local (GAL). É uma fase de continuidade, em que o enfoque passará a ser colocado em questões operacionais – as operações que concretizam a estratégia, a especificação dos objetivos e metas a atingir, a alocação de recursos financeiros, as entidades responsáveis pela implementação. Tal como a primeira fase, continuará a ser centrada na interação entre as diversas entidades representativas das comunidades – sejam estas de natureza setorial, territorial ou de grupos específicos sem organização, e sejam associadas ou não da ADRAT.

Finalmente, a terceira fase corresponderá à implementação da EDL – e aqui entramos no quadro da animação, monitorização e avaliação da intervenção. Esta fase, que previsivelmente se desenvolverá intensamente a partir do segundo semestre de 2015, contempla mecanismos mais explicitamente dirigidos à participação dos cidadãos e das comunidades, seja porque serão objeto de ações de comunicação, seja porque serão chamados a participar nos projetos, dos quais são os últimos destinatários.

FASE I: DO DIAGNÓSTICO AO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA RURAL DO ALTO TÂMEGA

O envolvimento com as comunidades locais, formal e informalmente, faz parte da metodologia de trabalho da própria ADRAT, quer com o tecido empresarial da região, quer com organizações públicas e privadas não associadas e com o público em geral em várias iniciativas.

A ADRAT tem sido entidade parceira na definição e implementação de vários processos locais de desenvolvimento, tais como os Planos de Aldeia e Planos de Intervenção, com apoio aos investimentos através do FEADER (Abordagem LEADER e PRODER), desempenhando um serviço permanente de apoio às comunidades rurais, com prestação de informação e esclarecimentos diversos a todos os que recorrem à sua estrutura técnica.

A intervenção da ADRAT no que respeita aos apoios provenientes do FEDER e FSE tem-se traduzido na implementação de um vasto número de projetos, em que tem sido notório o apoio aos Municípios do seu território de intervenção, aproveitando diversos programas que têm sido disponibilizados, de que se destacam a cooperação transfronteiriça (POCTEP) e transnacional (INTERREG B Atlântico e Sudoeste, INTERREG C e LEONARDO DA VINCI, ERASMUS+), em temas variados, desde à instalação de infraestruturas (ninhos de empresas, mercado de gado, recuperação de edifícios para a formação e experimentação agrícola, etc.), eco-inovação empresarial, formação e edição de guias formativos (meio rural, castanheiro, cogumelos, agricultura biológica, ambiente e natureza 2000, gestão da água e águas minerais).

Desde 1997 até à data atual a ADRAT participa no Programa de Formação PME e tem mantido formação para cerca de 200 empresas na região. A ligação desta instituição ao tecido empresarial regional manteve-se sempre presente, não só por intermédio dos trabalhos realizados com empresas no apoio às suas intenções de investimento, através da elaboração de projetos concorrentes aos sistemas de incentivos em vigor, como também através das atividades formativas levadas a cabo no âmbito dos Programas Formação PME, PRONACI, POEFDS, EQUAL, INOVJOVEM e outros.

Também no âmbito da cooperação inter-regional, ao abrigo da Abordagem LEADER e PRODER, tem desenvolvido inúmeras ações, para as quais são chamadas a participar organizações e cidadãos individualmente, de acordo com a especificidade temática das mesmas.

Além dos programas e projetos dirigidos às comunidades locais e atrás referidos, o próprio processo de elaboração do DLBC Rural incluiu vários momentos e atividades com a participação direta e ativa das pessoas e organizações da região, que foram regularmente convidadas a contribuir para este plano. Desses momentos, destacamos:

- 09/05/2013: Alto Tâmega 2020 – Desafios e Oportunidades.
- 30 e 31/05/2013: I Conversas IN – Estratégias para o Alto Tâmega.
- 12 e 13/11/2013: Workshop para Preparação das Estratégias de Desenvolvimento Local 2014-2020.
- Jan/2014: Reuniões de apresentação da proposta de trabalho e recolha de elementos.
- 27/03/2014: II Conversas IN - Oportunidades de desenvolvimento para o Alto Tâmega.
- 16/10/2014: O Futuro da Agricultura no Alto Tâmega.
- 5/11/2014: III Conversas IN – projetos que geram valor no AT.
- 19 a 21/11/2014: Workshops temáticos: Áreas Social e Cultural; Área do Turismo; Setor Empresarial e Agricultura.
- 12/12/2014: Jornadas Técnicas de Empreendedorismo no Alto Tâmega.
- 26/11/2015: Reunião de parceiros do DLBC Urbano.
- 06/02/2015: Assembleia de Parceiros para validação da estratégia DLBC Rural.

FASE II: DA CONCERTAÇÃO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Futuramente, as comunidades locais continuarão a ser desafiadas a participar na implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local, seja por via da participação de indivíduos e organizações na qualidade de beneficiários finais de projetos liderados pela ADRAT, seja enquanto promotores de projetos de investimento próprios.

Nesta fase, como referimos, dá-se continuidade à anterior, exigindo-se agora maior atenção a detalhes operacionais e a um compromisso mais firme com a implementação de projetos. Implica, da parte das entidades que nela participam, uma exigência central: que se apresente legitimada, seja porque representa institucionalmente determinados detentores de interesses, seja porque consultou de alguma forma os destinatários de intervenções, seja ainda porque se responsabiliza por disponibilizar meios para garantir que os compromissos técnicos e financeiros serão cumpridos.

O trabalho a realizar, ao longo de algumas semanas, tem uma dupla natureza:

- é criativo, no sentido em que procura estimular formas inovadoras de estruturar operações que respondam aos desafios e se inscrevam na lógica da macroestratégia definida;
- é técnico e rigoroso, já que não pode haver dúvidas relativas à viabilidade das operações, aos mecanismos que conduzem aos resultados definidos nem ao enquadramento nos instrumentos de financiamento.

O modelo proposto é o de organização das entidades participantes em grupos de trabalho – que designaremos por *oficinas de projeto* (OP) – cuja missão exclusiva será a de desenhar os projetos que darão corpo à EDL, para que a próxima fase deste processo de reconhecimento da EDL do Alto Tâmega seja baseado numa proposta devidamente sustentada em dinâmicas, recursos e vontades partilhadas.

Serão mobilizadas quatro OP, atendendo aos diversos domínios (eixos) de intervenção:

- **OP promoção do conhecimento e inovação.**
- **OP gestão sustentável dos ativos do território.**
- **OP dinamização socioeconómica do território**
- **OP cooperação institucional e trabalho em rede**

Os grupos de trabalho responsáveis por cada OP serão coordenados pela ADRAT, que assim garantirá a integração e articulação das propostas de projetos. Integrarão as OP as entidades associadas da ADRAT cuja missão e área de atuação esteja mais relacionada com as temáticas em causa, bem como entidades externas – municípios, organismos do Estado, associações – cujo contributo se afigure relevante. Estima-se que cada OP integre em torno de 10 entidades.

A CIM do Alto Tâmega será convidada a participar nas oficinas de trabalho. Da mesma forma, sabendo da importância que têm outras instituições no tratamento de temas como os especificados como foco estratégico, serão também convidadas a participar entidades como CCDR Norte, Direção Regional de Agricultura, Segurança Social, IEF, Instituições de Ensino Superior, Unidades de Saúde, entre outras que mediante a sua área de intervenção sejam, relevantes.

O programa de trabalhos preliminar de cada OP é o seguinte:

- i. Sessão de trabalho inicial de análise da proposta de estratégia, das tipologias de operações definidas e dos instrumentos financeiros disponíveis (início de março de 2015).
- ii. Período de reflexão, consultas e troca de informações. Incluirá uma primeira consulta pública, através de uma iniciativa do tipo “concurso de ideias”, divulgada de forma intensiva a partir dos meios de comunicação regionais e dos canais institucionais, disponibilizando um formulário simples no site da ADRAT e, eventualmente, de outras entidades. No final deste período, a ADRAT sistematiza os elementos (resultantes das sugestões dos parceiros e da consulta aberta) e elabora uma proposta inicial de operações a integrar na EDL, que distribui pelos integrantes da OP (março-abril de 2015).
- iii. Segunda sessão plenária de trabalho da OP (final de abril de 2015), em que as propostas da ADRAT são discutidas, ajustadas e é decidido quais as operações a propor para a EDL. Nesta sessão será designada uma equipa técnica, que pode integrar elementos da ADRAT e outras entidades, com a missão de estruturar os projetos. O conteúdo preliminar desse trabalho:
 - a. Designação da operação.
 - b. Entidade (s) promotora (s) e parceria a mobilizar.
 - c. Projetos e atividades que integram a operação.
 - d. Fontes de financiamento adequadas.
 - e. Destinatários e territórios de incidência.
 - f. Proposta de modelo de divulgação e participação pública.
 - g. Resultados a atingir, metas e demonstração dos contributos para a EDL.
- iv. Trabalho de consolidação e revisão das diversas propostas das OP, centrado na ADRAT, que implicará interação com os membros de cada grupo e consulta alargada a todos os associados da ADRAT e demais parceiros. Uma assembleia-geral da ADRAT consagrará o programa de ação da EDL rural do Alto Tâmega, introduzindo às propostas as alterações que entender justificadas.
- v. Publicitação e discussão pública da EDL, em modelo semelhante ao que foi referido em (ii), neste caso precedido de sessões públicas de apresentação em todos os municípios do Alto Tâmega.

FASE III: IMPLEMENTAÇÃO DA EDL RURAL NO ALTO TÂMEGA

Após a aprovação local, e pelas entidades competentes, da EDL, e reconhecimento do GAL do Alto Tâmega, inicia-se o processo formal de implementação da estratégia.

Neste contexto, assumem particular importância três mecanismos de acompanhamento e participação:

1. Monitorização

A proposta de EDL incluirá um painel de indicadores e um modelo de monitorização, seja de nível operacional (baseado em indicadores de realização – esta e aquela atividade foram realizadas – e de resultado – participação nas atividades, resultaram determinados projetos de investimento ou de empreendedorismo, ...), seja estratégico. Este sistema de monitorização, da responsabilidade da direção da ADRAT, com apoio na respetiva equipa técnica, será regularmente disponibilizado para divulgação pública e, devidamente informado com elementos complementares, facultado aos associados da ADRAT através da Assembleia-Geral e Assembleia de Parceiros e a outras entidades envolvidas na intervenção (designadamente as autoridades de gestão dos PO financiadores das operações, o Centro de Emprego, etc.).

2. Animação

Algumas das operações vão, certamente, exigir uma permanente atividade de divulgação e captação de interessados – por exemplo, a deteção e acompanhamento de empreendedores. A EDL deverá prever um ciclo geral de momentos de informação e participação e também mecanismos específicos relacionados com cada operação (como referimos anteriormente, cada operação integrada no programa de ação da EDL deverá propor o seu modelo de divulgação e participação).

A EDL do Alto Tâmega incluirá um plano que especifica este tipo de atividades, de forma eficiente e concertada. Este Plano de Animação e Comunicação pretende promover sinergias entre os associados e entre as várias entidades do Alto Tâmega, propondo-se apostar na comunicação como fator de desenvolvimento.

O êxito e o impacto de uma estratégia inovadora dependem em grande parte das suas atividades de comunicação e difusão, neste sentido de forma a garantir uma planificação estratégica e uma gestão eficaz das atividades e ferramentas de comunicação e difusão, elaborou-se este plano de comunicação que pretende essencialmente assegurar a transparência da estratégia e garantir visibilidade de todos os fundos através dos projetos financiados.

A nível interno pretende-se otimizar o fluxo de informação entre os associados e organizar uma comunicação eficiente entre as instituições que participaram na elaboração da estratégia de desenvolvimento local; dar a conhecer a estratégia aos potenciais atores envolvidos e aos principais beneficiários; informar e comunicar os resultados da estratégia.

A nível externo pretende-se dar a conhecer ao público em geral a estratégia de desenvolvimento local; divulgar os resultados realizados e os resultados obtidos no desenrolar da estratégia; difundir novos conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento da estratégia; realizar uma comunicação eficaz para toda a sociedade.

Este plano estará dividido em 3 etapas:

Etapa de Lançamento

- Criação de imagem corporativa – Com o objetivo de identificar a Estratégia Local de Desenvolvimento e assegurar uma publicidade de qualidade, permitindo ao público em geral identificar claramente a contribuição da ELD para o desenvolvimento e uniformizar toda a intervenção da Associação será criado um logo da estratégia bem como respetivo manual de identidade corporativo, para uso em todas as atividades de comunicação interna e externa;
- Remodelação/adaptação do site da Associação de forma a assegurar a publicidade da estratégia desde o seu início, pretende-se apresentar a estratégia e dar informação relativa

às atividades desenvolvidas, disseminação de documentos de interesse, nomeadamente programas; formulários de candidatura; guiões; manuais; propostas e parceria, bolsa de projetos, bolsa de sócios, bem como links diretos com programas europeus, nacionais, associados e parceiros. Pretende-se que seja um site dinâmico, acessível a qualquer usuário;

- Sessão pública de apresentação da estratégia de desenvolvimento local, assegurar a melhor difusão possível da estratégia nos diferentes meios de comunicação social;

Etapa de Desenvolvimento e Acompanhamento

- Organização de 4 Seminários intermédios com o intuito de comunicar os primeiros resultados e realizações da estratégia aos meios de comunicação, associados, parceiros, atores locais e público em geral, garantindo uma difusão da informação o mais ampla possível;
- Atualização constante do site, esta ação é transversal a todo o plano de comunicação.
- Realização de um stand de informação – ELD Alto Tâmega 2020 com informação da região e da ELD AT 2020 para utilizar em todo o tipo de eventos.

Etapa de Encerramento

- Organização de um seminário final para apresentação dos principais resultados alcançados ao longo de todo o quadro comunitário.

Além do pano referido, a ADRAT continuará a recorrer a outros meios de animação e comunicação ao seu dispor, que para além da relação próxima com os seus associados, inclui outros meios de disseminação de informação e envolvimento das comunidades, nomeadamente:

- Páginas web dos vários projetos em que participa;
- Newsletters;
- Portal do Alto Tâmega (em fase de construção, no âmbito da articulação com as entidades regionais, nomeadamente com a CIM Alto Tâmega e UTAD), que representará o grande instrumento de promoção regional;
- Organização de eventos técnicos e de divulgação (seminários, workshops, reuniões temáticas, congressos etc.);
- Intervenção enquanto Entidade Gestora de Operações da Bolsa de Terras;
- Intervenção enquanto membro da Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Marca (PLOG) NATURAL.PT.

3. Avaliação

A avaliação é uma das componentes fundamentais do ciclo de projeto, porque, dependendo da sua natureza específica, permite incorporar melhoramentos de nível operacional ou estratégico nas

intervenções. Além disso, é um poderoso instrumento de “prestação de contas”, seja às instituições que intervêm (financiam, acompanham), seja à comunidade em geral.

A EDL rural do Alto Tâmega, que será desenvolvida de acordo com o calendário que apresentámos, vai prever um plano de avaliação, complementar dos mecanismos de monitorização, que integra os seguintes vetores:

- (a) Avaliação interna *on going*, traduzida em relatórios semestrais, elaborados pela direção da ADRAT, e colocados à consideração da sua assembleia-geral. Essencialmente, estes relatórios complementam o trabalho de monitorização da EDL, incluindo os seguintes critérios de avaliação:
 - a. Pertinência e relevância – confrontam a estratégia definida e a sua concretização com o contexto regional e com a evolução das políticas públicas.
 - b. Eficiência e eficácia – os resultados alcançados estão em linha com o previsto, e foram concretizados com uma afetação adequada de recursos técnicos e financeiros?
 - c. Operacionalização – o modelo de gestão e acompanhamento é o mais adequado, ou justifica algumas alterações?
- (b) Avaliação externa, para além dos critérios de avaliação referidos em (a) e (b), faz uma abordagem aos seguintes critérios adicionais:
 - d. Coerência externa, ou seja, como se está a articular a intervenção no âmbito da EDL com outras intervenções e estratégias (ITI/Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial, Pacto Regional para o Emprego, etc.).
 - e. Resultados e impactos – que transformações no processo de desenvolvimento se estão a registar, e em que medida se podem imputar à intervenção de DLBC rural no Alto Tâmega?